



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

OFÍCIO SEI N° 532/2020/ME

Brasília, 11 de novembro de 2020.

A Sua Excelência a Senhora
Deputada SORAYA SANTOS
Primeira-Secretária da Câmara dos Deputados

Assunto: Requerimento de Informação.

Senhora Primeira-Secretária,

Refiro-me ao Ofício 1ª Sec/RI/E/nº 1516, de 13.10.2020, dessa Primeira-Secretaria, por intermédio do qual foi remetida cópia do Requerimento de Informação nº 1275/2020, de autoria do Senhor Deputado André Figueiredo, que requer “informações relacionadas à Proposta de Emenda Constitucional n. 32/20 – Reforma Administrativa”.

A propósito, encaminho a Vossa Excelência, em resposta à solicitação do parlamentar, o Despacho SEDGG-DIRVM (11229116) e Despacho SEDGG-DIRVM (11796845), da Secretaria Especial Desburocratização, Gestão e Governo Digital.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente

PAULO GUEDES

Ministro de Estado da Economia



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Roberto Nunes Guedes**,
Ministro de Estado da Economia, em 16/11/2020, às 12:13, conforme
horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº
8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **11704218** e o código CRC **B81A7C2C**.

Esplanada dos Ministérios, Bloco P, 5º andar - Plano Piloto
CEP 70.048-900 - Brasília/DF
+55 (61) 3412-2524 - e-mail gabinete.ministro@fazenda.gov.br

Ao responder este Ofício, favor indicar expressamente o processo nº 12100.106093/2020-98.

SEI nº 11704218



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital

DESPACHO

Processo nº 12100.106093/2020-98

À ASPAR,

Em atenção ao Despacho GME-CODEP (evento nº 10948594), encaminho, para ciência e adoção das providências subsequentes, manifestação exarada pela Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal (Nota Informativa SEI nº 27048/2020/ME - evento SEI nº 11120489) acerca do **Requerimento de Informação nº 1275/2020 - que nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição da República e do art. 226, inciso II, combinado com o art. 115, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Economia informações relacionadas à Proposta de Emenda Constitucional n. 32/20 – Reforma Administrativa**, a qual acolho.

Registro que, além dos documentos fornecidos pela Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal, documentos complementares podem ser obtidos no seguinte link <https://drive.google.com/drive/folders/1NHpnnF05vm0zFBxWH-YVwUZkLM4Biqba?usp=sharing>.

Brasília, 19 de outubro de 2020.

Documento assinado eletronicamente
GLEISSON CARDOSO RUBIN

Secretário Especial Adjunto de Desburocratização, Gestão e Governo Digital



Documento assinado eletronicamente por **Gleisson Cardoso Rubin, Secretário(a) Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital Adjunto(a)**, em 21/10/2020, às 18:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **11229116** e o código CRC **78F68249**.

CONTEÚDOS DE REFERÊNCIA
NOVA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

OCDE

Avaliação da Gestão de Recursos Humanos no Governo – Relatório da OCDE. Brasil 2010, Governo Federal.

https://www.oecd-ilibrary.org/governance/avaliacao-da-gestao-de-recursos-humanos-no-governo-relatorio-da-ocde-brasil_9789264086098-pt

Relatório com recomendações sobre Liderança e Competência na Função Pública

<https://www.oecd.org/gov/pem/recommendation-on-public-service-leadership-and-capability-pt.pdf>

Banco Mundial

Um Ajuste Justo - Análise da Eficiência e Equidade do Gasto Público no Brasil, 2017.

<https://www.worldbank.org/pt/country/brazil/publication/brazil-expenditure-review-report>

ou

<https://documents1.worldbank.org/curated/pt/884871511196609355/pdf/121480-REVISED-PORTUGUESE-Brazil-Public-Expenditure-Review-Overview-Portuguese-Final-revised.pdf>

Análises sobre Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento no Setor Público Federal, 2017.

<https://documents1.worldbank.org/curated/en/449951570645821631/pdf/Gest%c3%a3o-de-Pessoas-e-Folha-de-Pagamentos-no-Setor-P%C3%bablico-Brasileiro-o-Que-Os-Dados-Dizem.pdf>

IPEA

Atlas do Estado Brasileiro

Diversos artigos no link: <https://www.ipea.gov.br/atlasestado/indicadores>

ENAP

Comparación de los servicios profesionales de carrera de México y Brasil - Martínez, José Luis Méndez - Escola Nacional de Administração Pública (Enap) e Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso)

Disponible em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3952/1/Caderno-61_Comparaci%3Bn%20de%20los%20Servicios%20Profesionales%20de%20Carreira%20de%20M%C3%A9xico%20y%20Brasil.pdf

Comparação do serviço civil brasileiro frente ao português sobre a profissionalização do serviço público - Bilhim, João Abreu de Faria - Escola Nacional de Administração Pública (Enap) e Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso)

Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3953/1/Caderno-62_Compara%a7o%a3o%20do%20servi%a7o%20civil%20brasileiro%20frante%20ao%20portugu%aas%20sobre%20a%20profissionaliza%a7o%a3o%20do%20servi%a7o%20p%C3%bablico.pdf

The civil service in Brazil and Turkey: a comparative study - Akkoyunlu, Karabekir - Escola Nacional de Administração Pública (Enap) e Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso)

Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3951/1/Caderno-60_The%20Civil%20Service%20in%20Brazil%20and%20Turkey.pdf

Los servicios civiles brasileño y uruguayo: un análisis comparado de sus desarrollos y desafíos - Ramos, Conrado;

Casa, Mauro; e Milanesi, Alejandro. Escola Nacional de Administração Pública (Enap) e Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso)

Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3950/1/Caderno-59_Los%20servicios%20civiles%20brasile%C3%b1o%20y%20uruguayo.pdf

SEDGG/SGP

Nova Administração Pública – Diagnóstico da Força de Trabalho - Governo Federal

Diagnóstico

Plano mais Brasil

A Transformação do Estado



**Menos
Máquina,
mais Social**
Governo justo,
eficiente e fraterno

Administração Pública Brasileira: até Dezembro de 2018

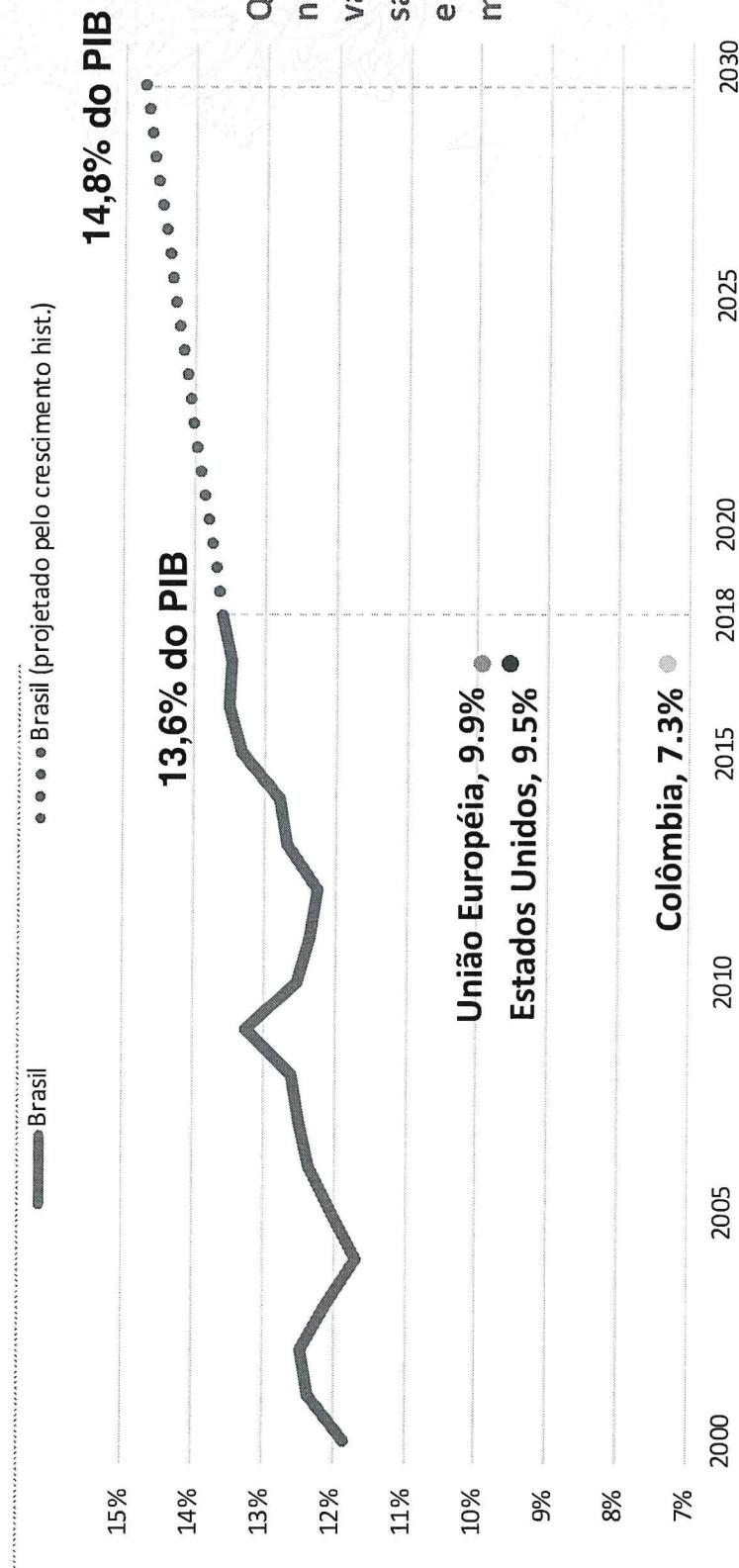
Contexto: o custo e os resultados da Administração Pública Brasileira

Três grandes desafios:

- Aumentar a capacidade de investimento do Estado e dar retorno para a sociedade
- Reducir a complexidade e implementar uma gestão que coloque o serviço público na vanguarda
- Aproximar o serviço público do cidadão, uma vez que o Estado existe para servir à sociedade

Raio X das despesas: Despesa com pessoal do Setor Público no Brasil é alta e crescente

Despesa com Pessoal do Setor Público Consolidado % PIB



Nova Administração Pública

Fonte: OCDE e projeções do ME

3

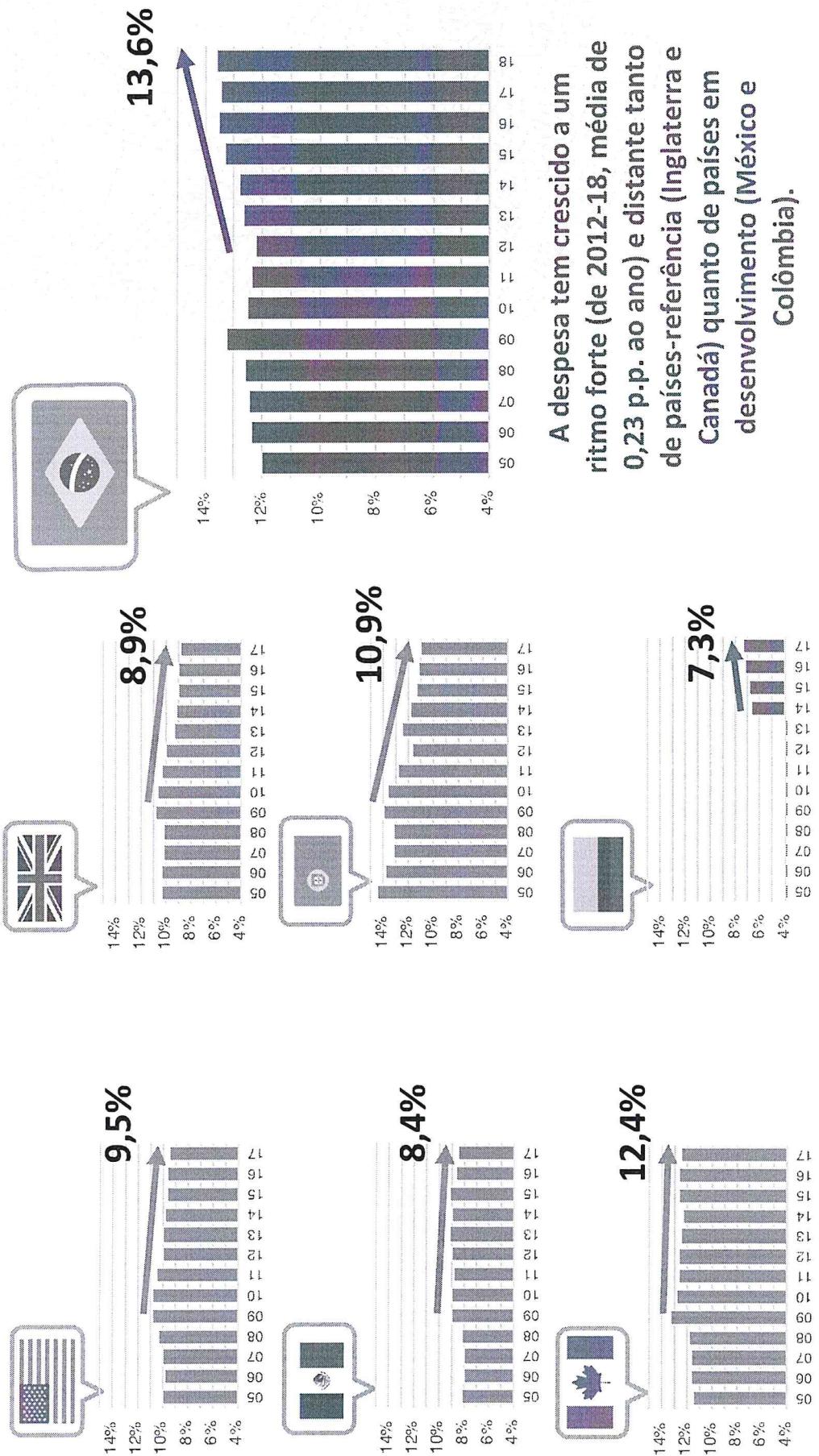


MINISTÉRIO DA
ECONOMIA

PÁTRIA AMADA

Raio X das despesas: Despesa com pessoal do Setor Público no Brasil é alta e crescente

Despesa com Pessoal do Setor Público Consolidado % PIB



A despesa tem crescido a um ritmo forte (de 2012-18, média de 0,23 p.p. ao ano) e distante tanto de países-referência (Inglaterra e Canadá) quanto de países em desenvolvimento (México e Colômbia).

Fonte: OCDE e ME

4

Custo X Qualidade dos Serviços

Alto custo do Estado não garante melhores serviços

Diagnóstico

CUSTO DO ESTADO		SAÚDE		SEGURANÇA		EDUCAÇÃO		EMPREGO	
Carga Tributária (%, 2019) ¹	Mortalidade Infantil (por 1.000 nascidos vivos, 2018) ²	Taxa de homicídio (por 100.000 habitantes, 2017) ³	Taxa de homicídio (por 100.000 habitantes, 2018) ²	Nota em matemática no PISA (2015) ⁴	Nota em matemática no PISA (2015) ⁴	564	564	1º. Catar 0.14	1º. Catar 0.14
1º. Lesoto [...]	47 1º. Finlândia [...]	1.7 [...]	1º. Japão [...]	0.2 [...]	1º. Singapura [...]	564	564	1º. Catar 0.14	1º. Catar 0.14
23º. Portugal [...]	34.4 [...]	26º. Portugal [...]	3.7 [...]	18º. Portugal [...]	0.7 [...]	10º. Canadá [...]	516	57º. Reino Unido [...]	57º. Reino Unido [...]
30º. Reino Unido [...]	33.2 [...]	33º. Reino Unido [...]	4.3 [...]	35º. Reino Unido [...]	1.2 [...]	27º. Portugal [...]	492	59º. EUA [...]	59º. EUA [...]
34º. BRASIL [...]	32.2 [...]	38º. Canadá [...]	5 [...]	47º. Canadá [...]	1.8 [...]	27º. Reino Unido [...]	492	99º. Canadá [...]	99º. Canadá [...]
36º. Canadá [...]	31.7 [...]	45º. EUA [...]	6.5 [...]	66º. EUA [...]	5.3 [...]	42º. EUA [...]	470	101º. Portugal [...]	101º. Portugal [...]
53º. Uruguai [...]	27.4 [...]	57º. Uruguai [...]	7.6 [...]	74º. Uruguai [...]	8.2 [...]	52º. Uruguai [...]	418	124º. Uruguai [...]	124º. Uruguai [...]
57º. EUA [...]	26.0 [...]	84º. BRASIL [...]	14.4 [...]	91º. BRASIL [...]	30.5 [...]	67º. BRASIL [...]	377	154º. BRASIL [...]	12.22
179º. Kuwait [...]	1.6 [...]	195º. Somália [...]	121.5 [...]	97º. El Salvador [...]	61.8 [...]	72º. Rep. Dominicana [...]	328	184º. África do Sul [...]	27.32

Fontes:

- ¹ Índice de Liberdade Econômica – Heritage Foundation
- ² UN Inter-agency Group for Child Mortality Estimation
- ³ UN Office on Drugs and Crime's International Homicide Statistics database
- ⁴ OCDE

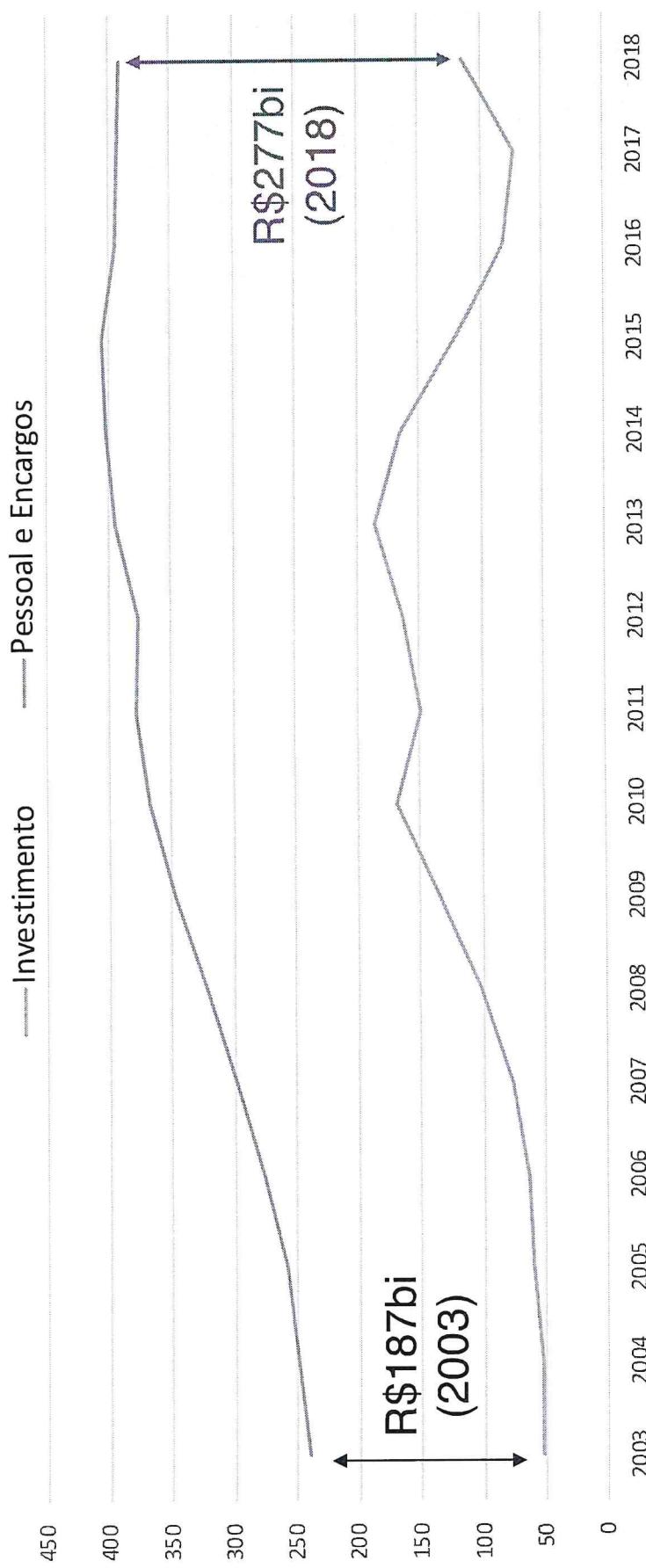
⁵ Organização Internacional do Trabalho (dados de setembro de 2019)

Desafio I: capacidade de investimento

O custo da máquina tira espaço para investimentos na sociedade

União e Empresas Públicas Federais: Investimento vs. Despesa com a Folha

R\$ bilhões (Preços de jan/2018 - IPCA)

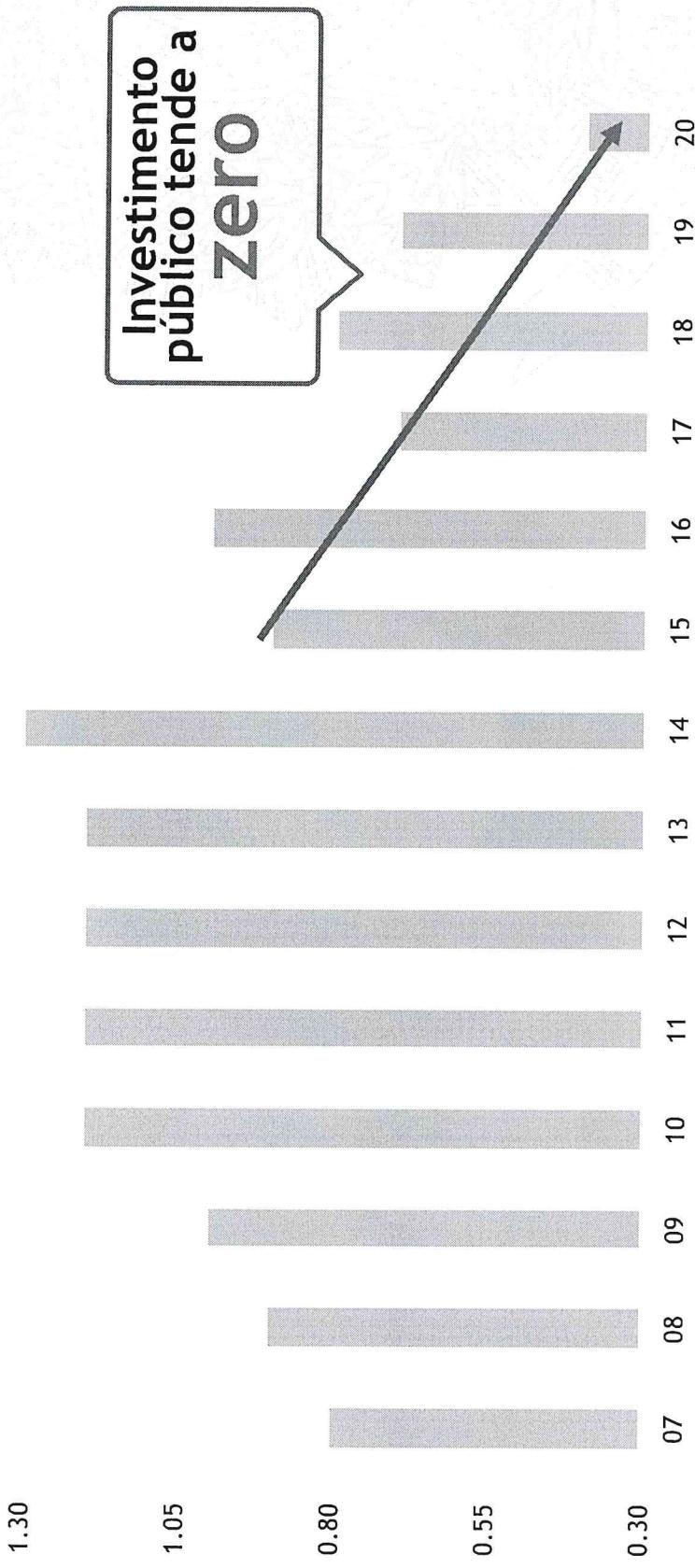


O forte crescimento dos gastos obrigatórios comprometeu a capacidade de investimento do Estado Brasileiro. São menos obras de saneamento básico, menos estradas e pontes, menos saúde e educação.

Desafio I: capacidade de investimento

- custo da máquina tira espaço para investimentos na sociedade

Investimento Públíco (Executivo Federal), % do PIB (2007-2020)

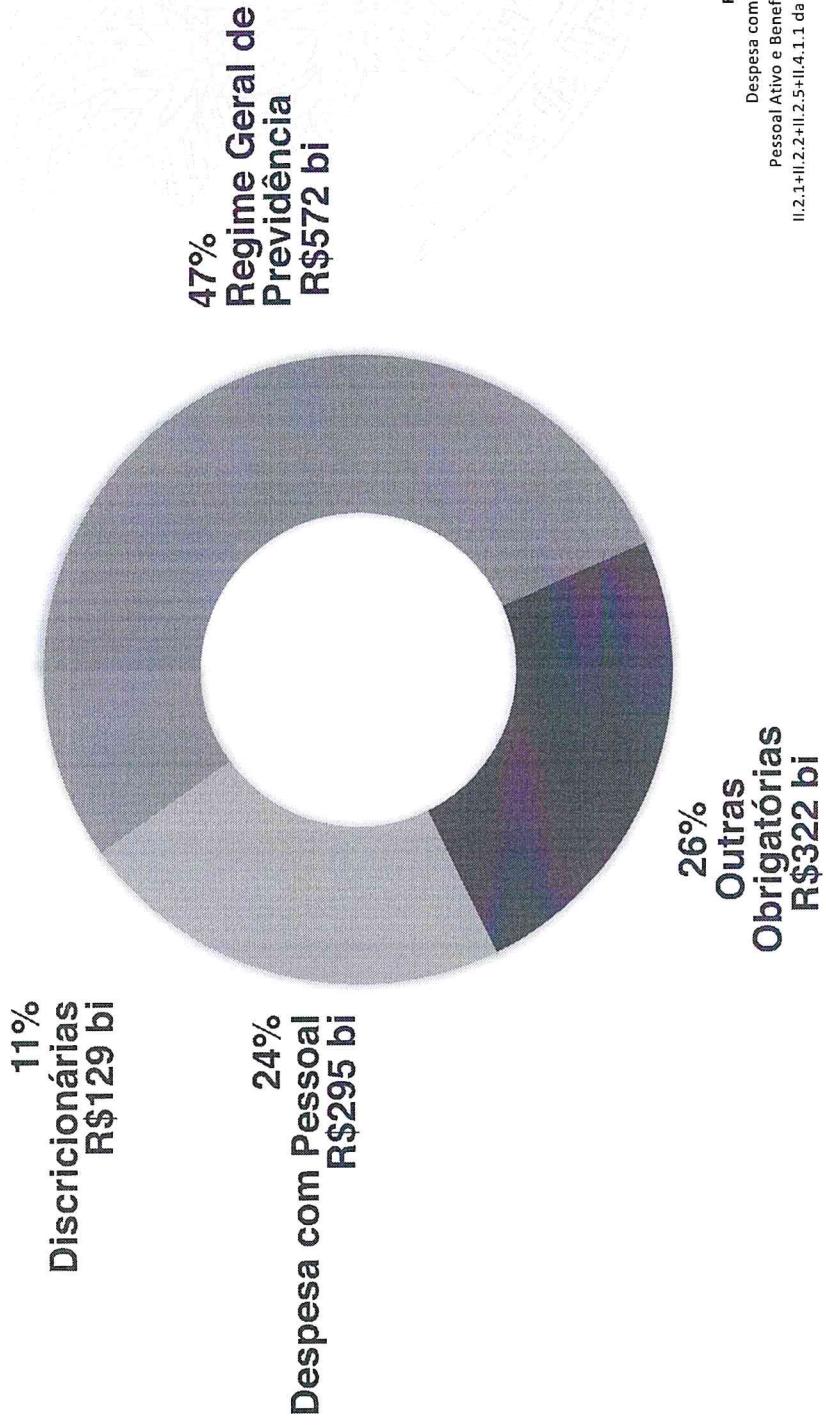


No contexto do Governo Federal, esse investimento já está se aproximando de zero. O custo da máquina representa menos recursos para a sociedade.

Desafio I: capacidade de investimento

Alta relevância das despesas com pessoal

Receita Líquida da União (2018):



Fonte: STN e CGU.
Despesa com Pessoal: soma de
Pessoal Ativo e Benefícios Associados =
II.2.1+II.2.2+II.2.5+II.4.1 da Tabela 4.5 Outras
RPPS = II.2.3
Reformas e Pensões Militares = II.2.4
Obrigatórias = II.3+II.4.1-II.4.1.1
Discretionárias = II.4.2
RGPS = II.1

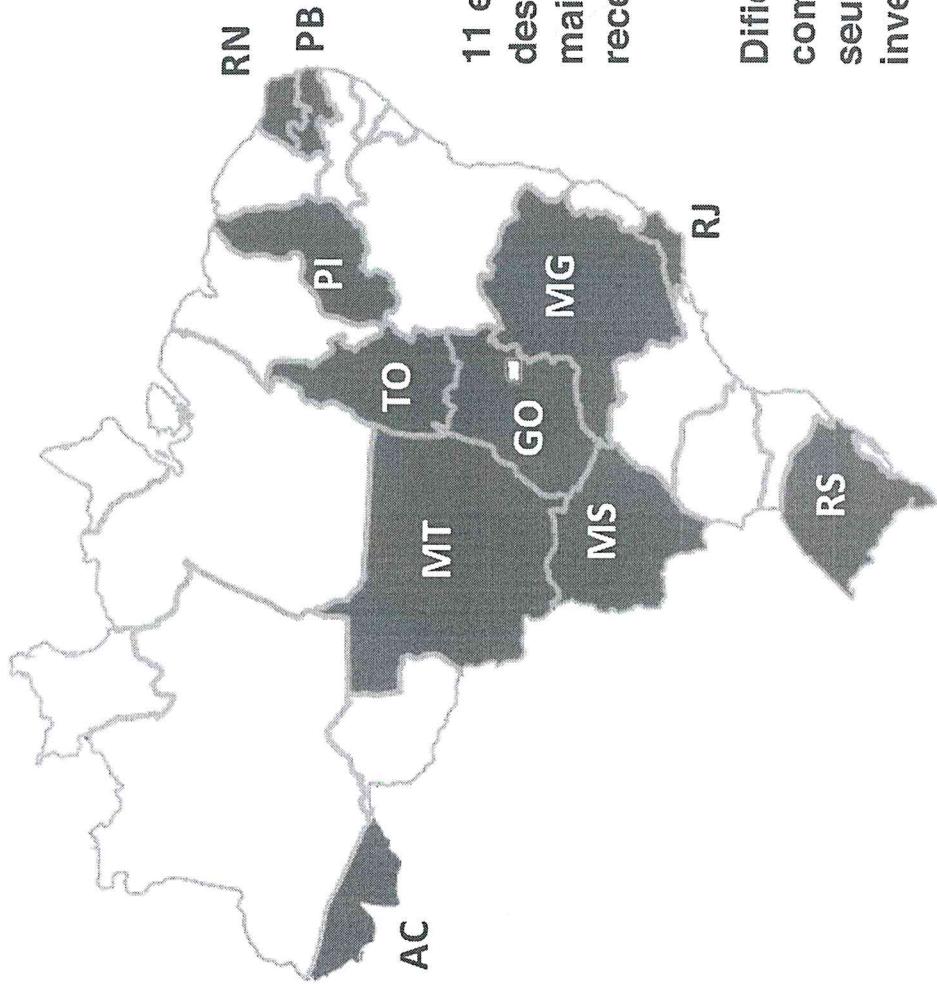
Neste gráfico, a soma dos percentuais supera 100% pois a despesa é maior que a receita.

Nova Administração Pública

Desafio I: capacidade de investimento

Situação dramática também nos estados

Diagnóstico



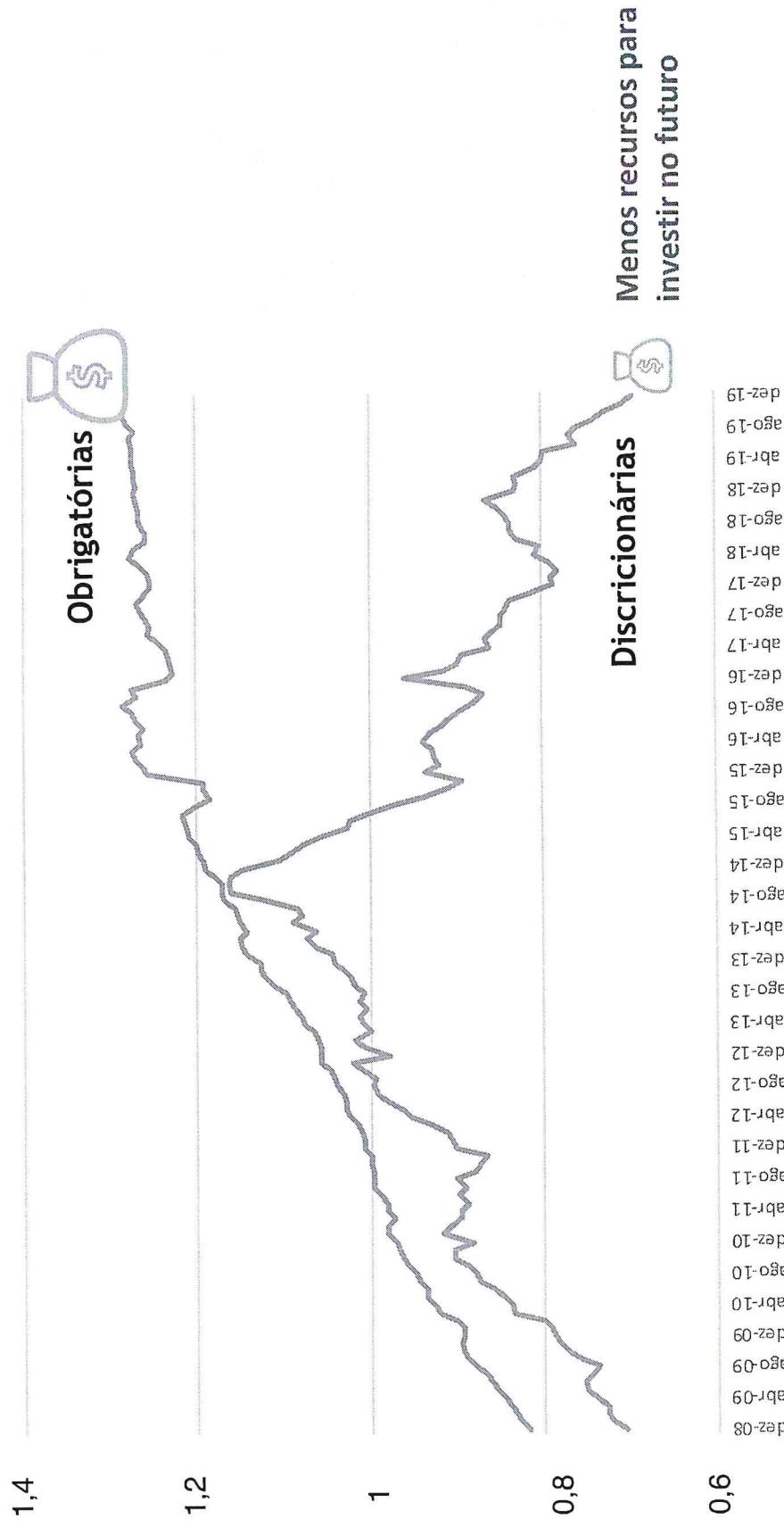
11 estados já têm
despesa de pessoal
maior que 60% da
rebita corrente líquida

Dificuldade para honrar
compromissos com
seus servidores e
investir na sociedade

Desafio I: capacidade de investimento

O custo da máquina tira espaço para investimentos na sociedade

Despesas da União (R\$ trilhão)



Nova Administração Pública

Fonte: STN



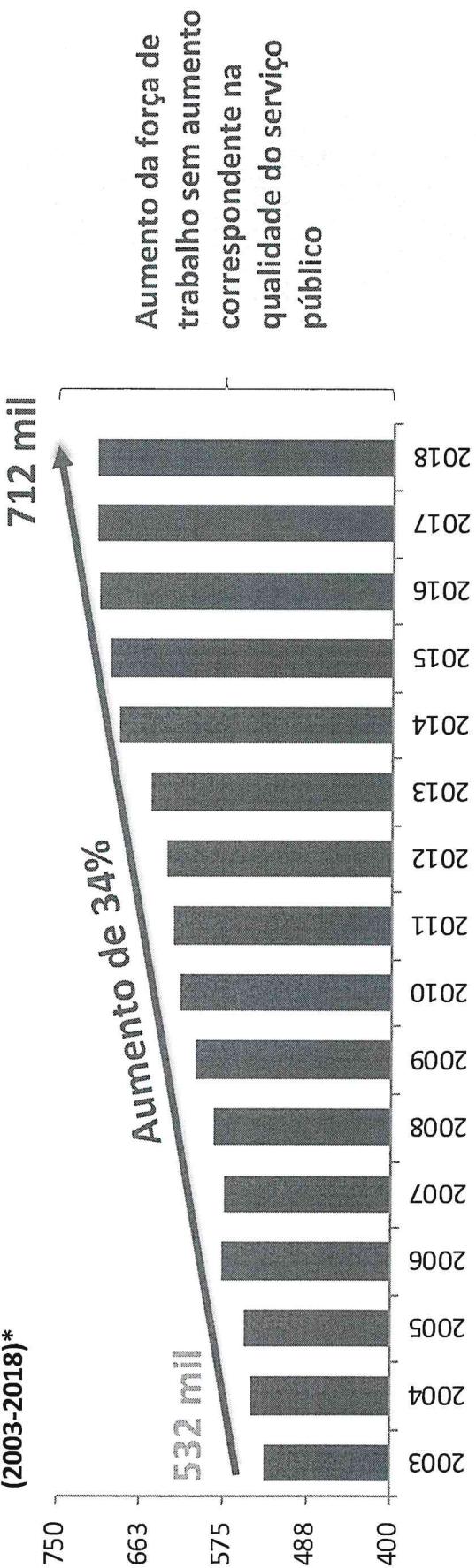
MINISTÉRIO DA
ECONOMIA

10

Desafio II: reduzir complexidade e introduzir gestão de vanguarda

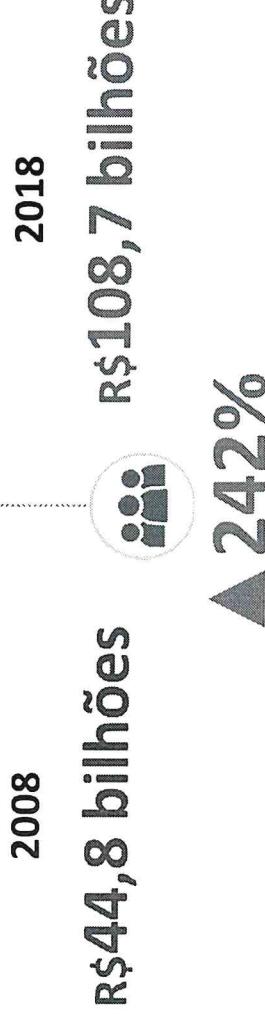
Número crescente de servidores

Força de trabalho na Administração Pública Federal, milhares de servidores
(2003-2018)*



Folha de pagamento cada vez mais cara

Despesa com pessoal civil ativo da Administração Pública Federal (SIAFI)**



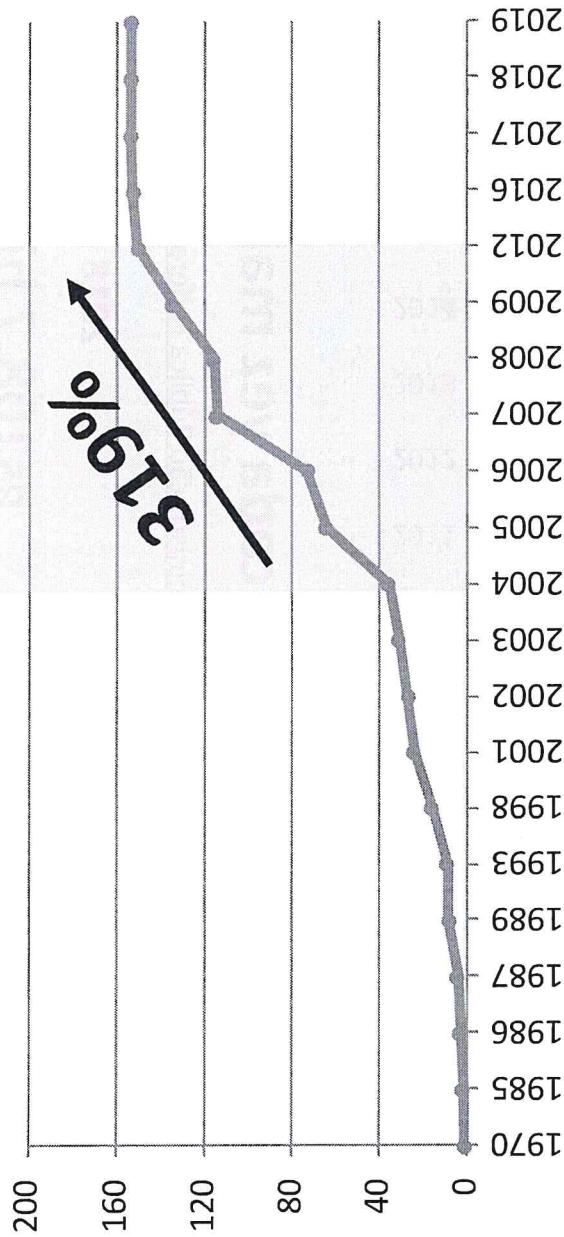
* Inclui Empregados de Empresas Estatais dependentes
** Inclui Empresas Estatais dependentes e contribuição patronal
ao INSS. Não inclui certas despesas com pessoal classificadas
como custeio (ex: auxílio-moradia)

Nova Administração Pública

Desafio II: reduzir complexidade e introduzir gestão de vanguarda

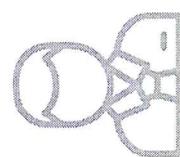
○ sistema é obsoleto, disfuncional e difícil de administrar

Quantidade de Planos e Carreiras na APPF (1970 - 2019)

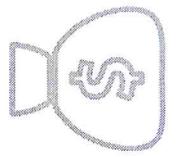


Ainda existem funções como

- Chaveiro
- Discotecário
- Seringueiro
- Detonador
- Operador de Telex
- Especialista em Linotipos
- Hialotécnico
- Datilógrafo
- Operador de Vídeo Cassete



15,5 mil servidores
cuidam da folha de pagamento
Custam R\$ 1,6 bilhão por ano



Desafio II: reduzir complexidade e introduzir gestão de vanguarda
Folha de pagamento com muitos itens sem equivalência no setor privado

>440 rubricas da Folha de Pagamento

369 (>80%) rubricas sem equivalência ao Setor Privado

R\$ 30bi/ano (>34%) do custo sem equivalência ao Setor Privado

C/ equiv. no Set. Privado
S/ equivalência

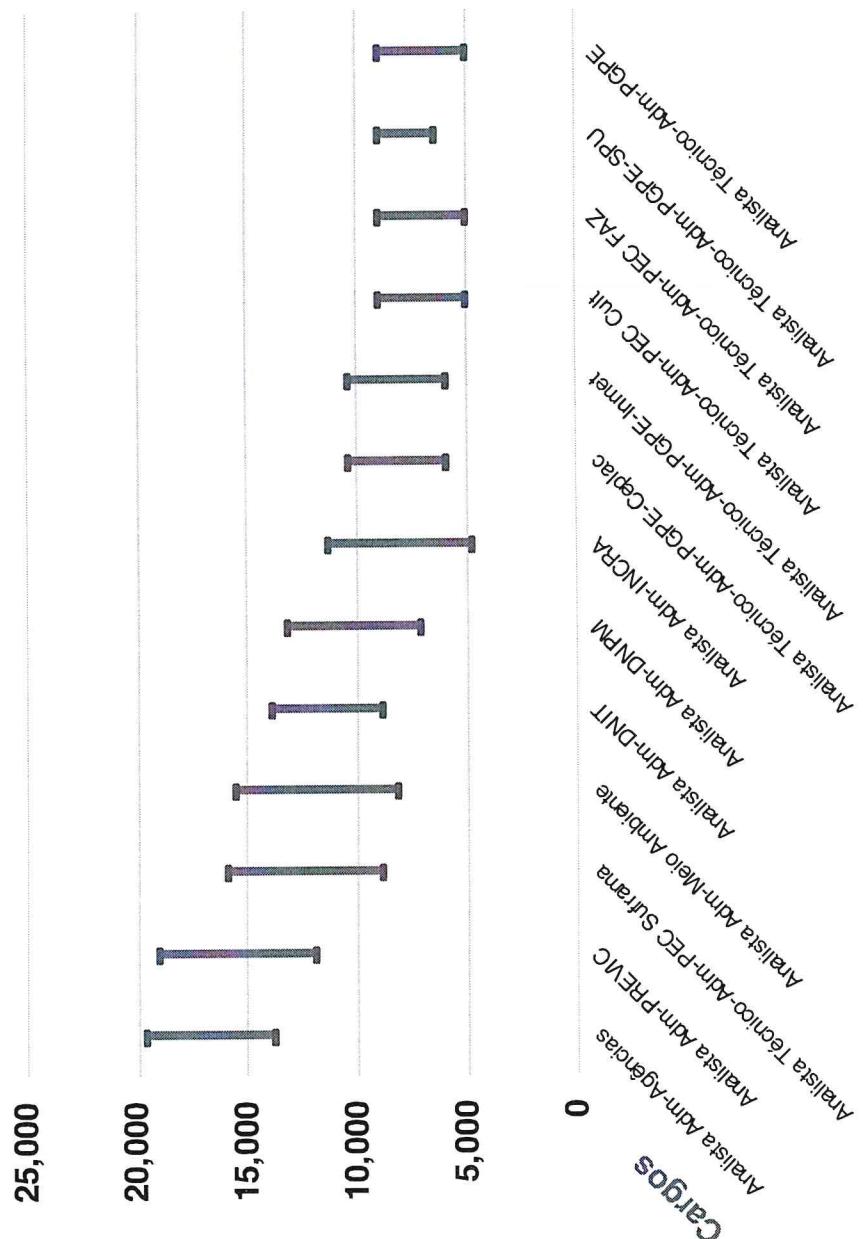
卷之三

Desafio II: reduzir complexidade e introduzir gestão de vanguarda

Sistema com distorções, mesmo entre cargos com atribuições semelhantes

Atribuições similares, remunerações distintas

Ex: Amplitude Remuneratória (cargos de Analista Administrativo e Analista Técnico-Administrativo)



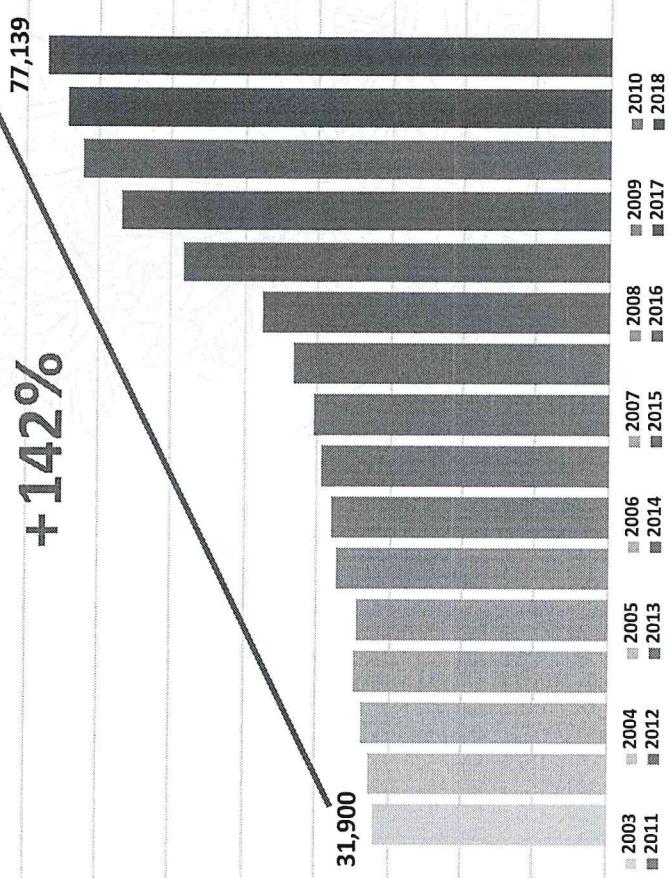
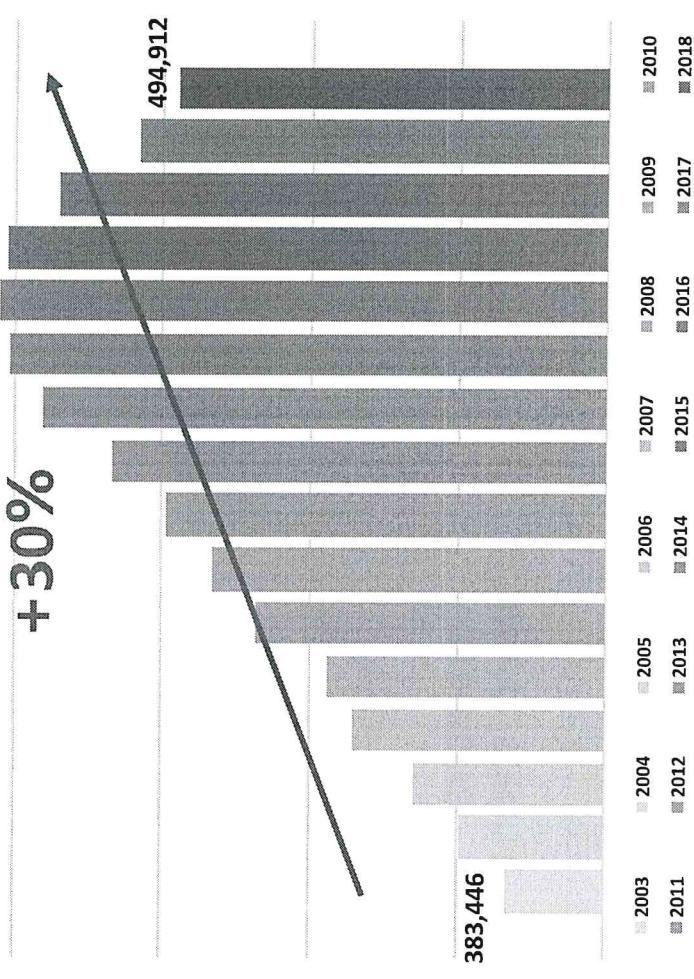
Serviço Público é desigual e
distante da realidade do
país

Desafio II: reduzir complexidade e introduzir gestão de vanguarda

Alto crescimento da força de trabalho também em empresas públicas

Governo Federal: Funcionários em Empresas Públicas (2003 – 2018)

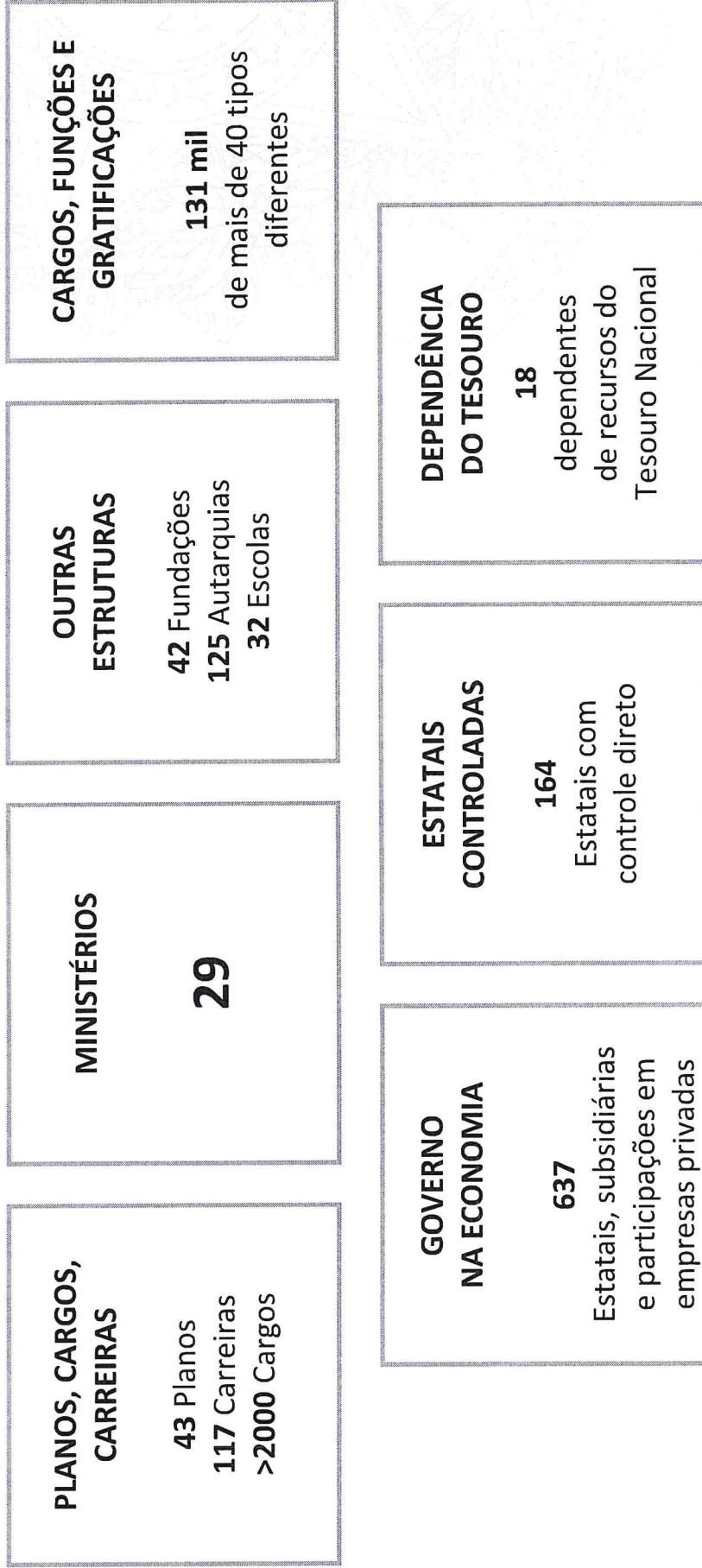
Governo Federal: Funcionários em Empresas Dependentes do TN (2003 – 2018)



Desafio II: reduzir complexidade e introduzir gestão de vanguarda

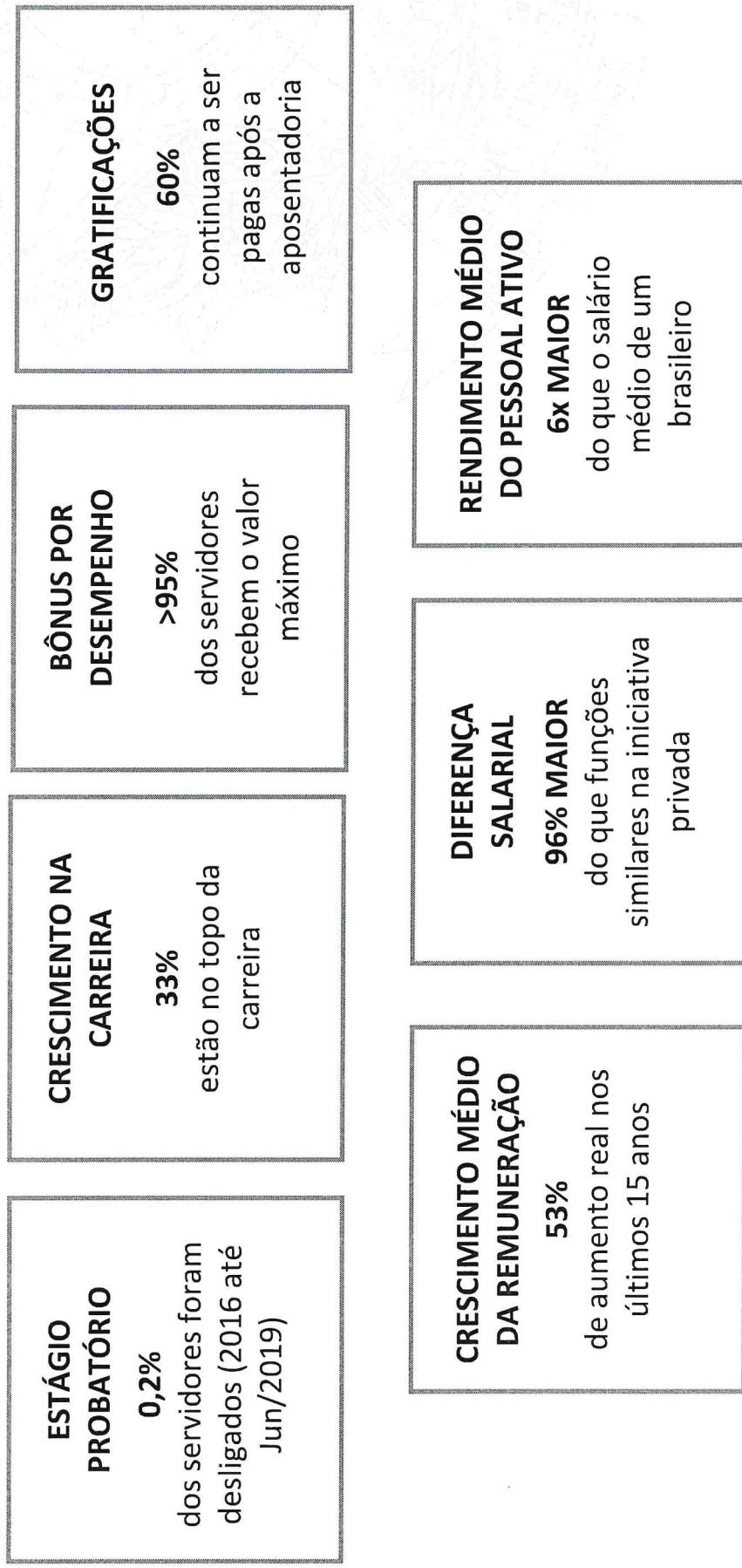
Estrutura complexa e fragmentada

Em dezembro de 2018:



Desafio II: reduzir complexidade e introduzir gestão de vanguarda

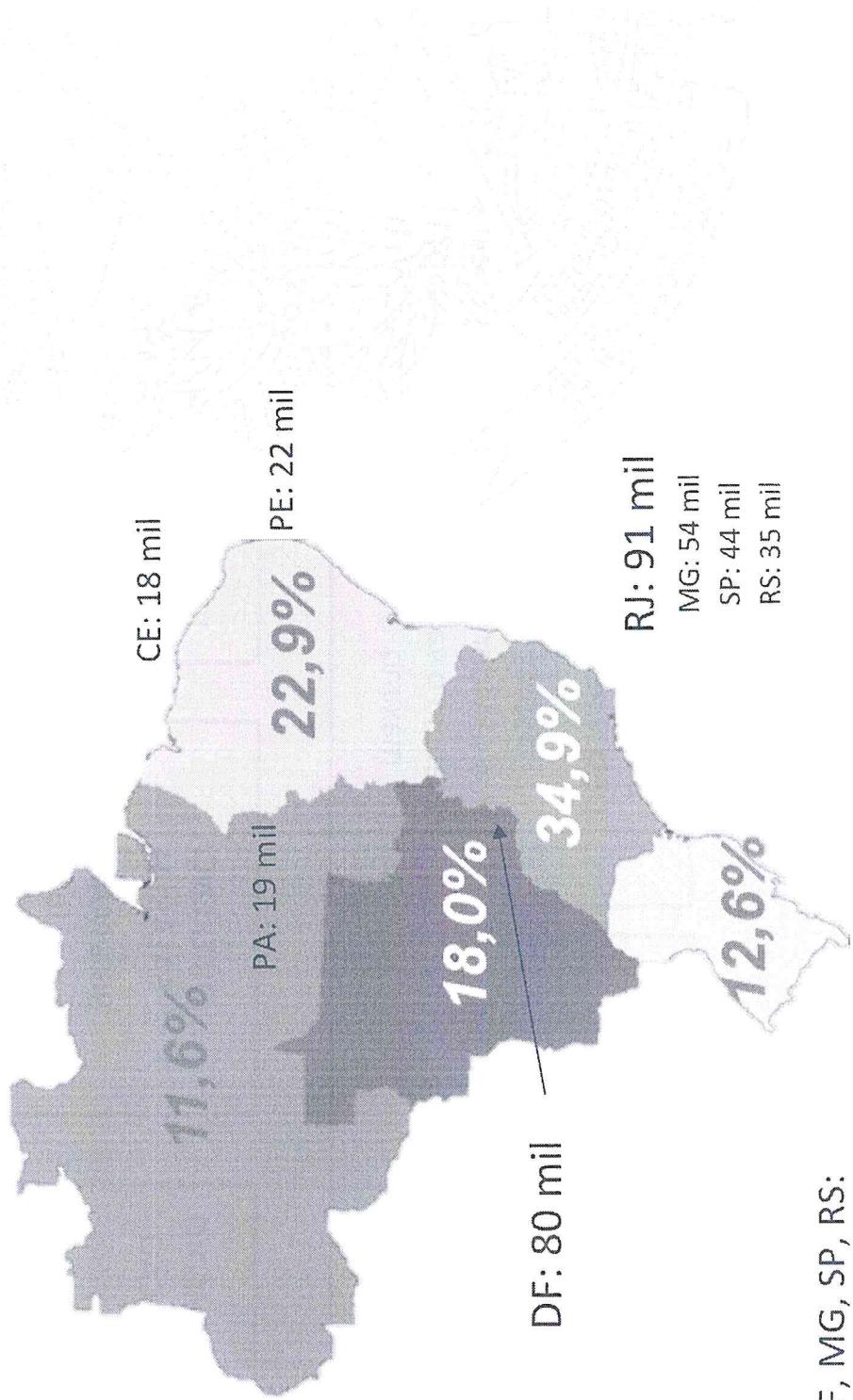
O sistema é descolado da realidade do país



Desafio II: reduzir complexidade e introduzir gestão de vanguarda

Distribuição regional de servidores

Distribuição por Região dos Servidores do Executivo Federal

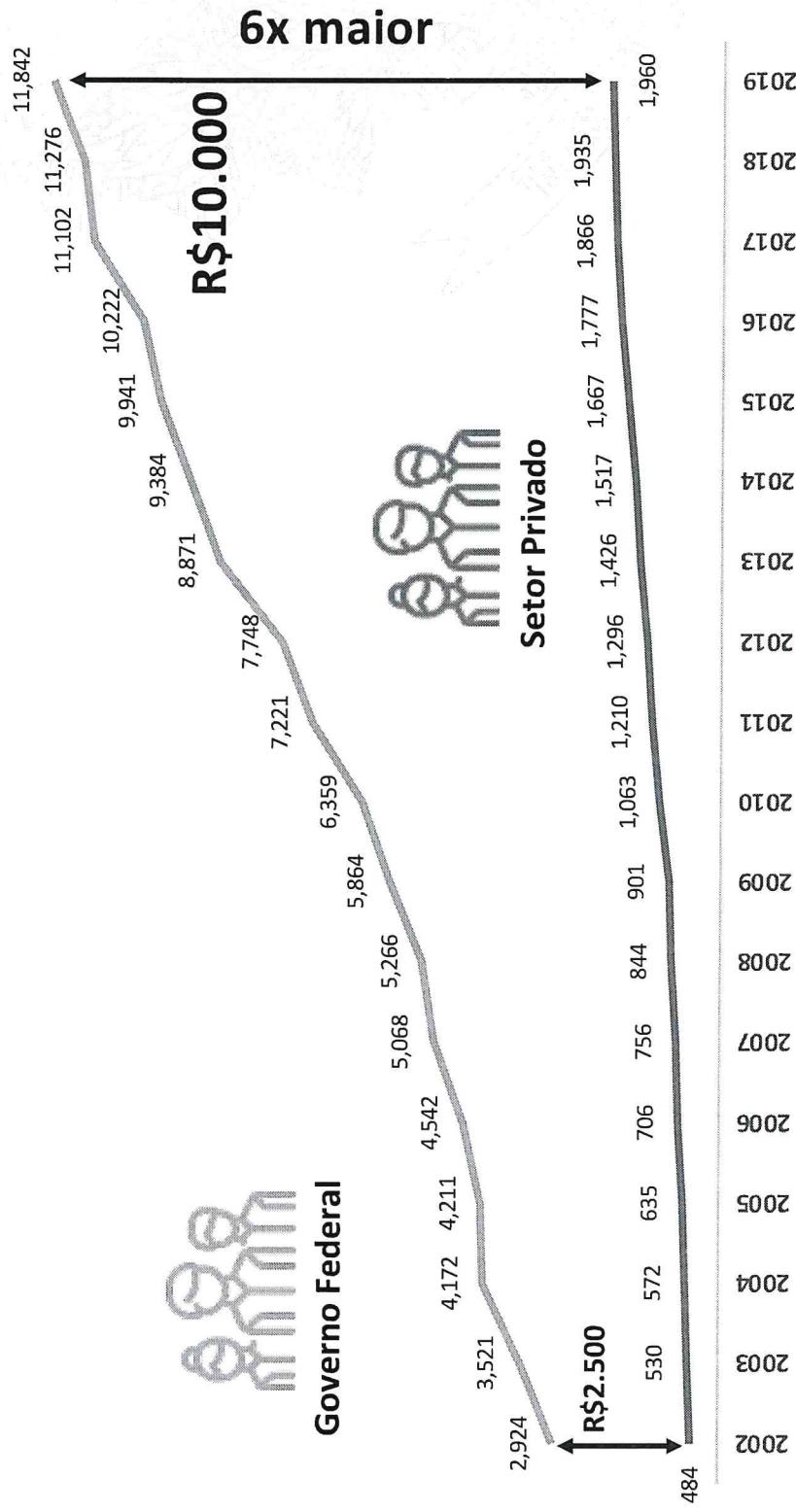


RJ, DF, MG, SP, RS:
+50% da força

Desafio III: aproximar do cidadão

○ Sistema é descolado da realidade do país

Governo Federal: Rendimento Médio Mensal Nominal dos Servidores Ativos e Empregados Privados

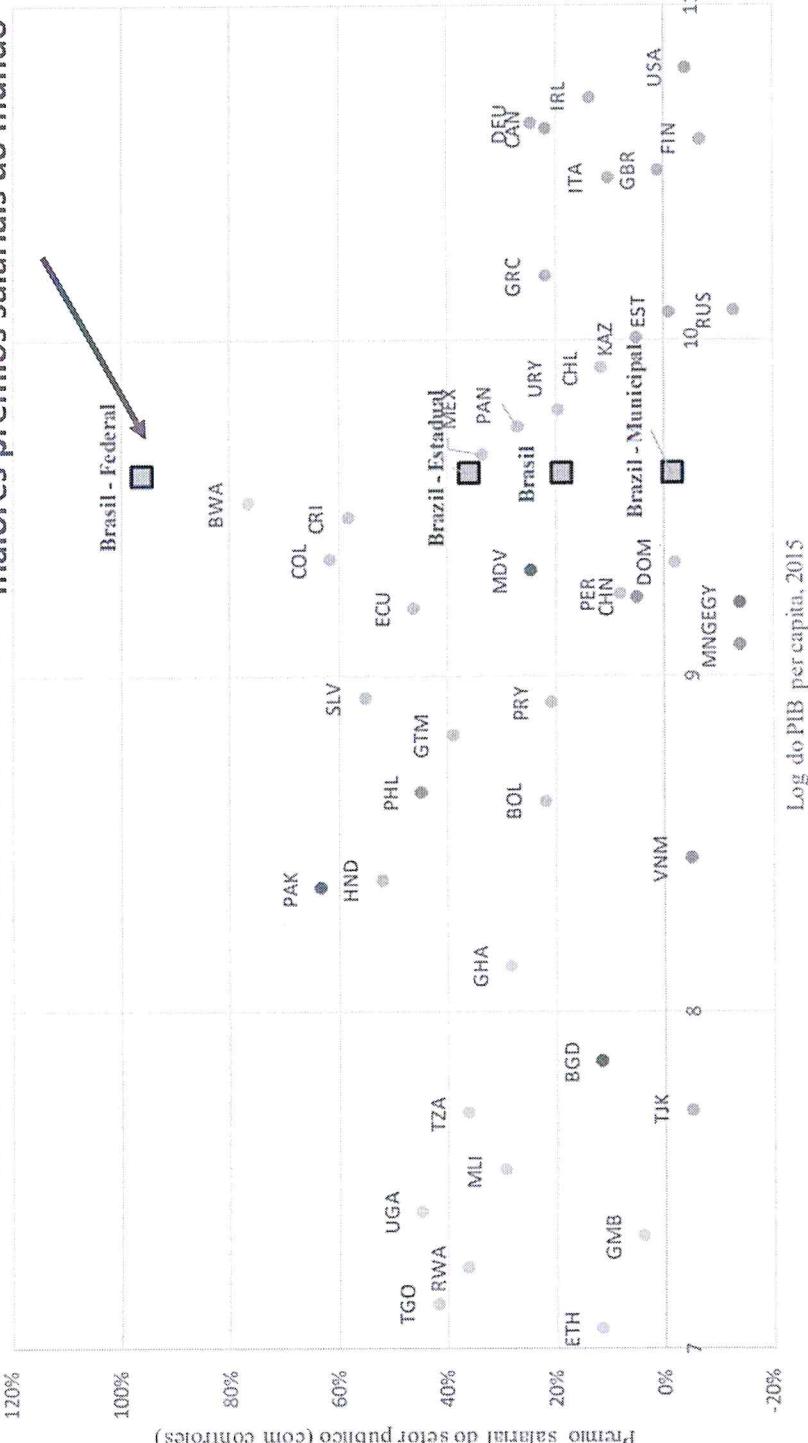


Desafio III: aproximar do cidadão

Prêmio salarial do setor público federal entre os maiores do mundo

Prêmio Salarial do Setor Público (2017)

Servidores públicos federais têm um dos maiores prêmios salariais do mundo

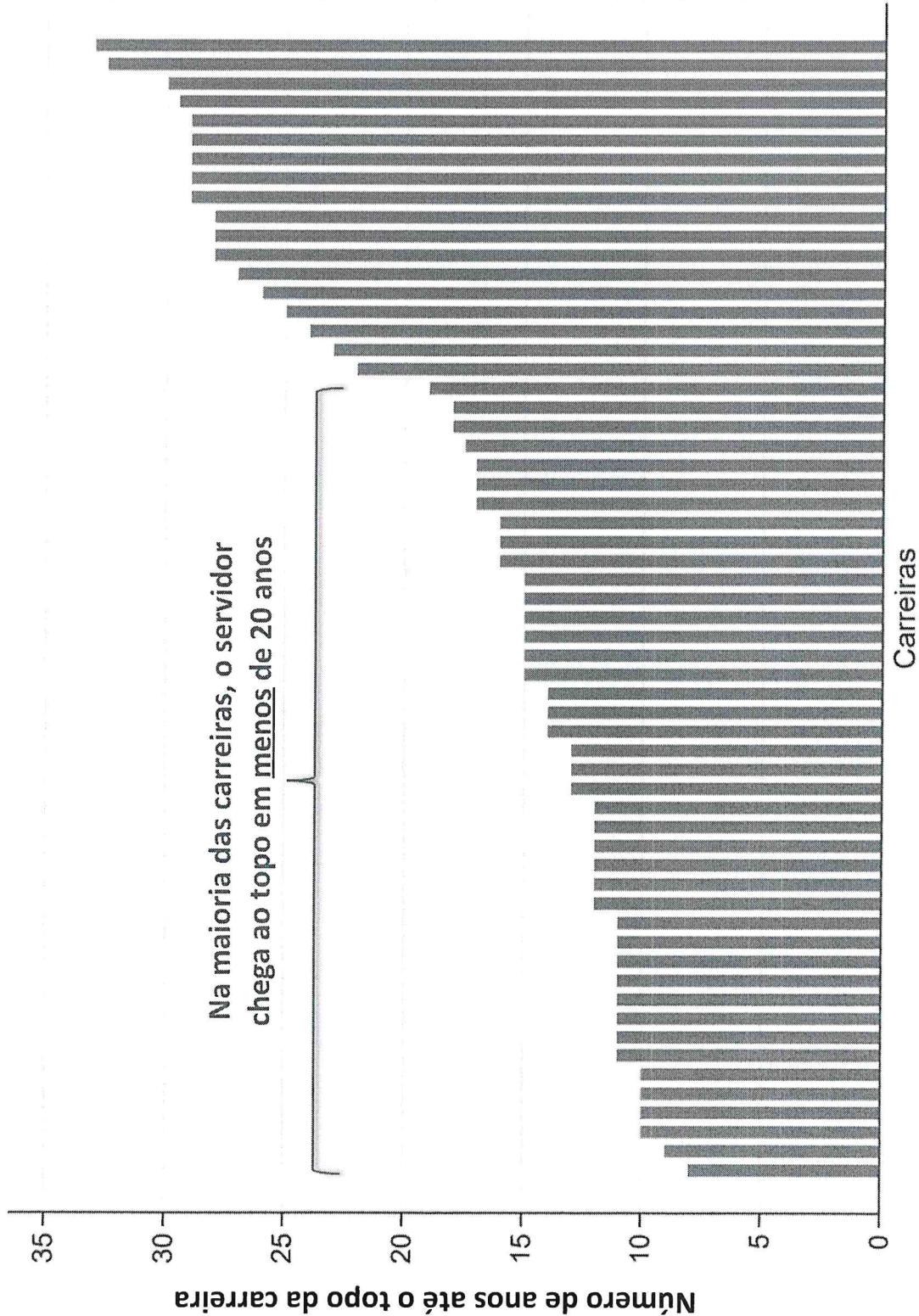


- Brasil
- América do Norte
- América Latina e Caribe
- Leste da Ásia e Pacífico
- África Subsaariana
- Oriente Médio e Norte da África

Desafio III: aproximar do cidadão

Chegada ao topo relativamente rápida na maioria das carreiras

Diagnóstico



Nova Administração Pública

Fonte: Banco Mundial com dados do SIAPe

21

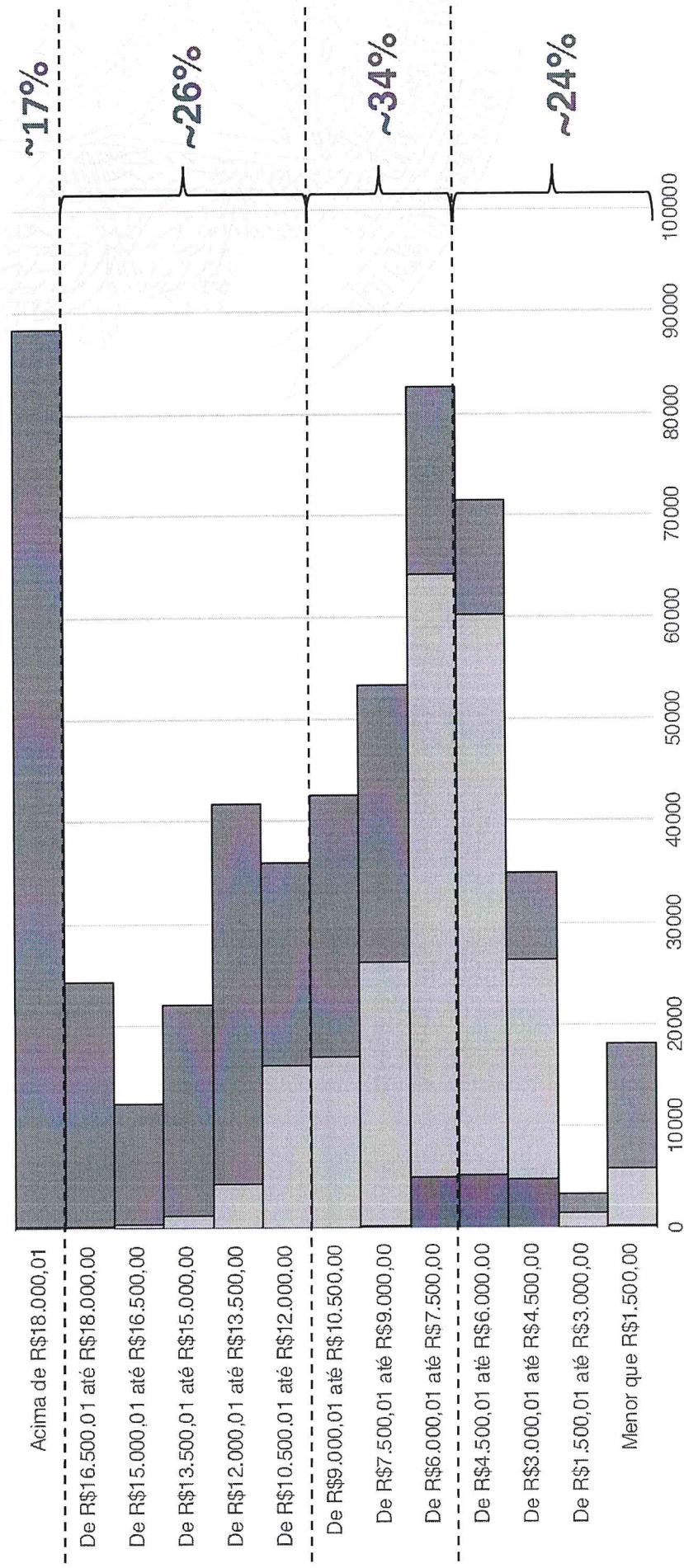
Desafio III: aproximar do cidadão

Concentração de servidores no topo da pirâmide de remuneração

Distribuição remuneratória pouco lógica: muitos no topo, altos salários médios, cargos de nível intermediário e auxiliar com remuneração maior do que de nível superior.

Quantidade de Servidores por Remuneração e Nível

(2019)



Nova Administração Pública

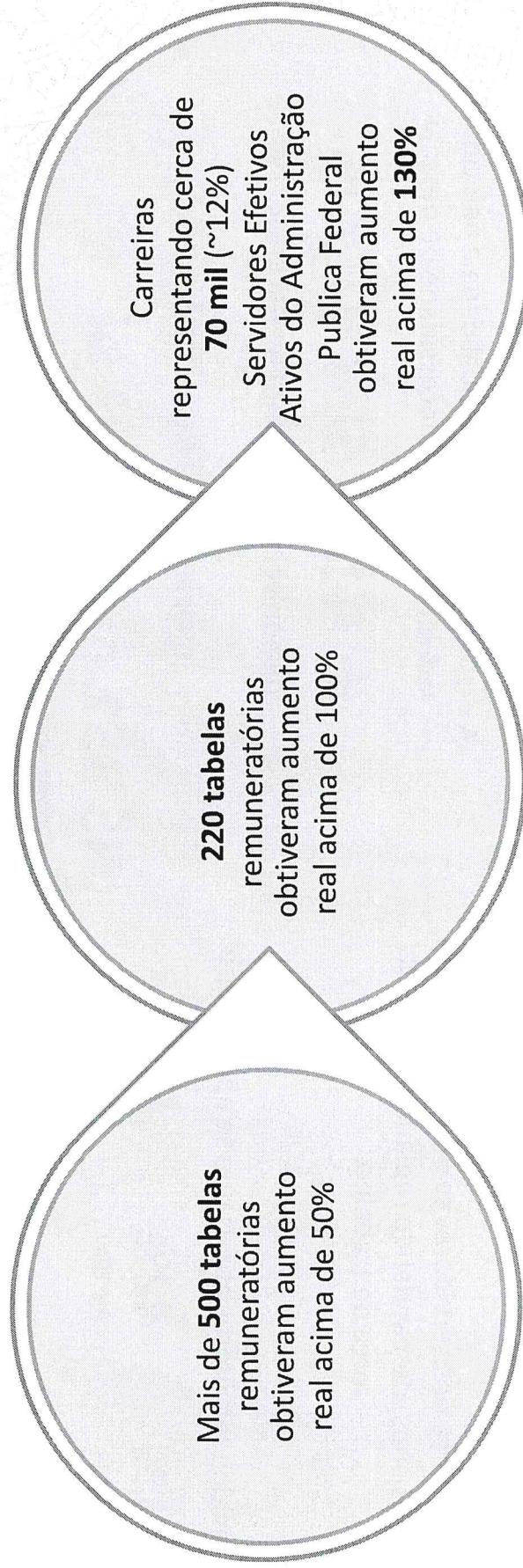
Fonte: SGP/SEGG/ME

22

Desafio III: aproximar do cidadão

Significativos aumentos salariais reais nos últimos 15 anos

Nos últimos 15 anos:



Janela de Oportunidade: Aposentadoria e Digitalização de Serviços

Diagnóstico

Existe uma janela de oportunidade para enfrentar esses desafios, baseada em dois fatores: o alto volume de aposentadorias nos próximos anos e a transformação digital dos serviços públicos.

Grande parte dos servidores se aposentará nos próximos anos, demandando replanejamento da força de trabalho

+ 450 serviços

A digitalização aumenta qualidade e velocidade, reduzindo gastos e necessidade de pessoal

Parcela dos servidores atuais que se aposentará:

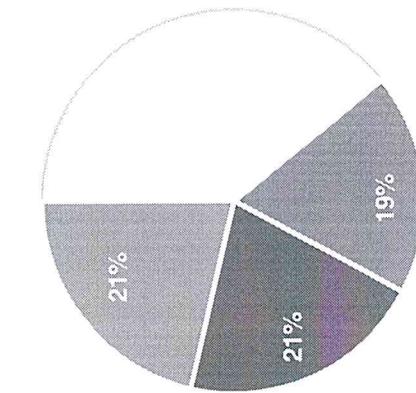
21%
Até 2024

42%
Até 2030

R\$ 351 mi
Cidadão

R\$ 1,3 bi
Governo Federal

83 milhões



gerando economia/ano

disponíveis em formato digital em 2019



Brasília, de fevereiro de 2020.

Senhor Presidente da República,

Submeto, à sua consideração, proposta de Emenda à Constituição - PEC, que altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa, conferindo maior eficiência, eficácia e efetividade à atuação do Estado.

Apesar de contar com uma força de trabalho profissional e altamente qualificada, a percepção do cidadão, corroborada por indicadores diversos, é a de que o Estado custa muito, mas entrega pouco. O país enfrenta, nesse sentido, o desafio de evitar um duplo colapso: na prestação de serviços para a população e no orçamento público. A estrutura complexa e pouco flexível da gestão de pessoas no serviço público brasileiro torna extremamente difícil a sua adaptação e a implantação de soluções rápidas, tão necessárias no mundo atual, caracterizado por um processo de constante e acelerada transformação. Torna-se imperativo, portanto, pensar em um novo modelo de serviço público, capaz de enfrentar os desafios do futuro e entregar serviços de qualidade para a população brasileira.

Neste contexto, a proposta de Emenda à Constituição aqui apresentada, que possui como público-alvo não só a Administração pública como todo seu corpo de servidores, se insere em um escopo maior de transformação do Estado, que pretende trazer mais agilidade e eficiência aos serviços oferecidos pelo governo, sendo o primeiro passo em uma alteração maior do arcabouço legal brasileiro. O novo serviço público que se pretende implementar será baseado em quatro princípios: a) foco em servir: consciência de que a razão de existir do governo é servir aos brasileiros; b) valorização das pessoas: reconhecimento justo dos servidores, com foco no seu desenvolvimento efetivo; c) agilidade e inovação: gestão de pessoas adaptável e conectada com as melhores práticas mundiais; e d) eficiência e racionalidade: alcance de melhores resultados, em menos tempo e com menores custos.

A proposta foi elaborada para viabilizar a prestação de serviço público de qualidade para os cidadãos, especialmente para aqueles que mais precisam, a partir de três grandes orientações: (a) modernizar o Estado, conferindo maior dinamicidade, racionalidade e eficiência à sua atuação; (b) aproximar o serviço público brasileiro da realidade do país; e (c) garantir condições orçamentárias e financeiras para a existência do Estado e para a prestação de serviços públicos de qualidade.

A partir do primeiro eixo balizador da proposta, modernizar o Estado, busca-se estabelecer uma política de gestão de pessoas ágil, adaptável e conectada com as melhores práticas internacionais, bem como viabilizar dinâmica de relacionamento com órgãos e entidades públicos a com a iniciativa privada de forma a contribuir com mais efetividade para o atendimento da demanda por serviços públicos.

Quanto à constituição de seus quadros de pessoal permanentes, a proposta apresentada mantém o concurso público como principal forma de ingresso no serviço público. Inova, porém, ao propor vinculações mais bem alinhadas às necessidades atuais e

futuras da Administração. São previstos cinco tipos de vínculos jurídicos com o Estado: (i) vínculo de experiência, o qual propiciará a existência de período de experiência efetivo como etapa do concurso para ingresso em cargo por prazo indeterminado ou em cargo exclusivo de Estado, estabelecendo um marco bem delimitado para avaliação mais abrangente e tomada de decisão quanto à admissão do servidor em cargo que compõe o quadro de pessoal de caráter permanente, a depender de classificação, dentro do quantitativo previsto no edital do concurso público, entre os mais bem avaliados ao final do período; (ii) vínculo por prazo determinado, que possibilitará a admissão de pessoal para necessidades específicas e com prazo certo, a atender: (a) necessidade temporária decorrente de calamidade, de emergência, de paralização em atividades essenciais ou de acúmulo transitório de serviço; (b) atividades, projetos ou necessidades de caráter temporário ou sazonal, com indicação expressa da duração dos contratos; e (c) atividades ou procedimentos sob demanda; (iii) cargo com vínculo por prazo indeterminado, para o desempenho de atividades contínuas, não exclusivas de Estado, abrangendo atividades técnicas, administrativas ou especializadas que envolvem maior contingente de pessoas; (iv) cargo exclusivo de Estado, com garantias, prerrogativas e deveres diferenciados, será restrito de servidores que tenham como atribuição o desempenho de atividades que são próprias do Estado, sensíveis, estratégicas e que representam, em grande parte, o poder extroverso do Estado; e (v) cargo de liderança e assessoramento, corresponderá não apenas aos atuais cargos em comissão e funções de confiança, mas também a outras posições que justifiquem a criação de um posto de trabalho específico com atribuições estratégicas, gerenciais ou técnicas.

Com vistas à garantia de eficiência da gestão pública, os servidores ocupantes de cargo exclusivo de Estado só poderão perder o cargo público em virtude de decisão proferida por órgão judicial colegiado; mediante processo administrativo, assegurado ao servidor ampla defesa; ou mediante avaliação periódica de desempenho, na forma da lei, assegurada a ampla defesa. Mesmos critérios serão aplicados aos servidores que já adquiriram estabilidade no serviço público.

A gestão de desempenho e as condições de perda dos demais vínculos e cargos públicos serão estabelecidas em lei. Reservar a regulamentação desses temas para lei implica desconstitucionalizar a matéria e conferir maior autonomia ao legislador.

Com vistas ao alcance de níveis de desempenho de excelência e de maior eficiência da gestão, propõe-se, ainda, dispensar processo administrativo disciplinar para fins de perda do vínculo ou cargo público na hipótese de ter sido apurada falta de assiduidade em procedimento administrativo, em que tenha sido assegurado o direito de defesa, conforme disciplinado em lei. Ademais, no caso do cargo com vínculo por prazo indeterminado, a proposta inclui a possibilidade de perda do cargo público por ato do Chefe do respectivo Poder, em virtude de obsolescência das atividades relativas às suas atribuições.

O servidor ocupante de cargo exclusivo de Estado irá adquirir estabilidade ao permanecer três anos em efetivo exercício no cargo, após o término do vínculo de experiência, com desempenho satisfatório, conforme disciplinado em lei. De qualquer forma, é importante destacar que nem os atuais servidores ocupantes de cargo efetivo nem aqueles que vierem a ser admitidos no novo serviço público poderão ser desligados pelo arbítrio de uma pessoa ou em virtude de motivação político-partidária.

Ainda como forma de dotar a Administração pública de mecanismos de gestão mais modernos e flexíveis, a proposta altera o art. 84 da Carta Magna para possibilitar que o

Presidente da República, mediante Decreto, possa: (a) extinguir cargos de Ministro de Estado, cargos comissionados, cargos de liderança e assessoramento e funções, ocupados ou vagos; (b) criar, fundir, transformar ou extinguir Ministérios e órgãos diretamente subordinados ao Presidente da República; (c) extinguir, transformar e fundir entidades da administração pública autárquica e fundacional; (d) transformar cargos efetivos vagos e cargos de Ministro de Estado, comissionados e de liderança e assessoramento, vagos ou ocupados, desde que não acarrete aumento de despesas e seja mantida a mesma natureza do vínculo; e (e) alterar e reorganizar cargos públicos efetivos do Poder Executivo federal e suas atribuições, desde que não implique alteração ou supressão da estrutura da carreira, alteração da remuneração, modificação dos requisitos de ingresso no cargo ou da natureza do vínculo, exceto os cargos exclusivos de Estado, para os quais a transformação de cargos vagos ficará restrita a cargos da mesma carreira.

Para viabilizar a completude dessa competência ao Presidente da República, propõe-se ajustes em outros dispositivos da Constituição: (a) prever, em relação as atribuições do Congresso Nacional relativas à criação, transformação e extinção de cargos públicos, a observância dos temas que passariam a ser tratados pelo Presidente da República por meio de Decreto; (b) dar nova redação ao art. 88, estabelecendo que lei disporá sobre o número máximo de Ministérios, de órgãos diretamente subordinados ao Presidente da República e de cargos de Ministro de Estado; e (c) revogar o inciso XI do art. 48. Confere-se, assim, agilidade à Administração pública para adequar sua capacidade institucional às demandas emergentes e imprevisíveis que enfrenta, visando à efetiva prestação de serviços públicos de qualidade.

Ao ampliar a prerrogativa de auto-organização do Poder Executivo, a medida proposta busca assegurar maior dinamismo à gestão nos casos em que seja necessária uma rápida reconfiguração de competências, de força de trabalho ou de arranjo organizacional, em fina sintonia com o princípio constitucional da eficiência, com repercussão nos serviços prestados aos beneficiários das políticas públicas conduzidas pelo governo.

A modernização da concepção do Estado também está exemplificada por meio do aprimoramento dos princípios que regem a Administração pública, com a inclusão no texto constitucional dos princípios da imparcialidade, transparência, inovação, responsabilidade, unidade, coordenação e subsidiariedade, ao lado dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, que constam no caput do art. 37 da Carta Magna.

O princípio da imparcialidade difere do princípio da impessoalidade, este já previsto na redação atual do art. 37, caput, da Carta de 1988. Se a impessoalidade traduz o dever ético de o agente público se conduzir de modo íntegro em relação às pessoas envolvidos no processo, a imparcialidade traduz esse mesmo dever, porém em relação à matéria sob tratamento. Trata-se de exigir que todo agente público, no exercício do seu mister funcional, se conduza de modo absolutamente imparcial, ainda que possua valorações internas pré-concebidas a respeito do tema sob exame.

O princípio da transparência materializa, no texto constitucional, princípio basilar para o Estado Democrático de Direito, que, apesar de complementar ao já previsto princípio da publicidade, com ele não se confunde. Transparência implica não apenas estar disponível ao público, mas ser comprehensível pelo público, com clareza e fidedignidade. A transparência é elemento fundamental para conferir maior controle social sobre os atos do Estado, auxiliar no controle externo aos órgãos públicos, fortalecer o combate a corrupção e

elevar o nível de desempenho socioeconômico dos entes federativos. O dever de transparência relaciona-se intimamente à ideia de governança pública e responsabilização dos gestores. Não é possível, atualmente, pensar em um Estado moderno e eficiente sem que se observe a obrigação dos governantes de prestar contas de suas ações. Conforme amplamente reconhecido pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, a transparência é um importante instrumento que garante que os cidadãos detenham as informações necessárias para fiscalizar e avaliar as decisões governamentais.

A inovação como princípio a ser observado por toda a Administração pública guarda plena consonância com uma concepção modernizadora das relações entre o poder público e a sociedade. Apesar das amarras inerentes à burocracia estatal, a busca da inovação no setor público vem paulatinamente ganhando espaço, tendo em vista a revolução tecnológica em curso, que abre inúmeras possibilidades de aprimoramento da prestação dos serviços públicos. Na era do governo digital – essencial para facilitar a vida das pessoas em suas interações com o poder público –, a inovação deve ser reconhecida, valorizada e almejada pela Administração e por seus agentes, o que, aliás, também está em linha com diretrizes de organismos internacionais como a OCDE. O estabelecimento expresso da inovação como princípio constitucional da Administração servirá como símbolo de uma nova era do Estado brasileiro, deixando para trás a mera conservação burocrática, que, desconectada dos tempos atuais, tem se revelado ineficiente para atender aos anseios do povo brasileiro.

O princípio da responsabilidade demanda de todo agente público, de todos os níveis da federação e de todos os poderes e funções da República, responsabilidade no exercício de suas atividades. Essa responsabilidade é ampla e configura uma atuação íntegra não apenas sob o ponto de vista objetivo ou formal, mas também materialmente responsável. Nesse aspecto, o princípio da responsabilidade, quanto dialogue com outros princípios como a moralidade, a legalidade e a imensoalidade, possui autonomia conceitual ao traduzir um direito fundamental de todos exigirem que os agentes estatais atuem de modo efetivamente responsável.

Pelo princípio da unidade entende-se que quando um agente público está atuando, qualquer que seja a matéria, o momento ou o lugar, sua atuação somente será legítima se estiver dirigida a alcançar as finalidades da Administração. Em outros termos, a divisão da Administração em seus mais diversos níveis, estruturas e funções se produz apenas para lograr uma divisão racional do trabalho, à luz da repartição de competências, mas todos esses níveis, estruturas e funções devem atuar guiados pelos mesmos fundamentos, com as mesmas finalidades e pelos mesmos princípios dispostos na Constituição, formando um todo harmônico e coerente.

O princípio da coordenação visa a entrosar as atividades da Administração, de modo a evitar a duplicidade de atuação, a dispersão de recursos, a divergência de soluções e outros males característicos de uma burocracia fragmentada. Coordenar é, portanto, harmonizar todas as atividades da Administração, submetendo-se ao que foi planejado e poupando-a de desperdícios em qualquer de suas modalidades. De aplicação permanente, a coordenação impõe-se a todos os níveis e poderes da Administração (em sentido amplo), obrigando-a a se articular de modo mais orgânico, inclusive entre os órgãos dos diversos níveis da federação.

Por fim, o princípio da subsidiariedade está associado com a valorização do indivíduo e das instâncias mais próximas a ele, prestigiando sua autonomia e sua liberdade. Tal princípio, historicamente consolidado, visa a garantir que as questões sociais sejam sempre

resolvidas de maneira mais próxima ao indivíduo-comunidade, e só subsidiariamente pelos entes de maior abrangência, ressaltando, no âmbito da Administração pública, o caráter do federalismo.

Com o intuito de garantir, no exercício do poder, que o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle sejam postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução das políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade, a proposta inclui, no texto constitucional, o respeito à boa governança pública e aos princípios a ela inerentes.

No conceito de uma boa governança pública é possível sublinhar a posição de destaque do cidadão, como centro de toda a atuação administrativa, incluindo o direito de ser ouvido antes de qualquer decisão administrativa que o afete desfavoravelmente, de ter acesso aos processos que tratem de seus interesses, bem como a obrigação, por parte da Administração, de fundamentar suas decisões, que devem ser imparciais e proferidas num prazo razoável. Dessa forma, inserir na Constituição Federal, de maneira expressa, o direito fundamental à boa governança, tem por escopo materializar todos esses direitos já mencionados, inerentes ao exercício da cidadania, no artigo 5º.

A proposta também inova ao permitir que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios firmem instrumentos de cooperação com órgãos e entidades públicos e privados para execução de serviços públicos, inclusive com o compartilhamento de recursos humanos especializados e capacidade instalada, mediante contrapartida financeira ou não, trazendo a previsão contida no art. 219-A, que se refere à área de ciência e tecnologia, para a Administração pública, garantindo assim que um Estado moderno, que cumpre sua função estabelecida pela Constituição, esteja apto a firmar os mais diversos tipos de parceria com a segurança jurídica necessária a garantir a prestação de serviços essenciais à população. O compartilhamento proposto não abrange as atividades privativas de cargos exclusivos de Estado.

Lei federal disporá sobre as normas gerais para a regulamentação dos instrumentos de cooperação. Enquanto a lei federal não for editada, entretanto, os demais entes da federação exercerão competência legislativa plena, até a superveniência da referida lei federal, que suspenderá a eficácia de leis que já tenham sido editadas por outros entes naquilo que lhe for contrário.

Quanto ao segundo eixo considerado para a elaboração da medida, a necessidade de aproximação do serviço público brasileiro à realidade do país, estudo do Banco Mundial (*Um Ajuste Justo: Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil*), publicado em 2017, já evidenciava que o gasto público é engessado em categorias como folha de pagamento e previdência social, deixando pouco espaço para despesas discricionárias e de investimento. Mais recentemente, em outubro de 2019, novo estudo do mesmo Banco (*Gestão de Pessoas e Folha de Pagamentos no Setor Público Brasileiro: o que os dados dizem*), ao analisar dados sobre a folha de pagamentos do Governo Federal e de seis Governos Estaduais, corroborou a existência de uma série de distorções nos gastos com pessoal.

Também a OCDE lançou, em janeiro de 2019, Recomendação do Conselho sobre Liderança e Capacidade do Serviço Público, que, dentre outras questões, chama a atenção para a necessidade de que os serviços públicos sejam sistematizados de modo a adquirirem os elementos de agilidade e adaptabilidade condizentes com a natureza mutável do

trabalho. Nessa esteira, assevera a importância de que os termos e condições de trabalho no serviço público sejam transparentes, com definição clara e objetiva dos instrumentos legais que se aplicam às categorias de vínculos e ainda que funções e posições sejam claramente baseadas em fatores como a natureza do trabalho, considerações de mercado e necessidades de desenvolvimento de capacidade.

Nessa conjuntura, as disposições da presente medida buscam abrir caminhos para o enfrentamento dos entraves que obstam as instituições do serviço público brasileiro a alcançarem elevados padrões para uma gestão de pessoas baseada em desempenho.

Com a aprovação da Emenda à Constituição n.º 103, de 12 de novembro de 2019, que “altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias”, os regimes de previdência social dos servidores públicos vão ser equacionados. Entre outros objetivos, a referida Emenda à Constituição busca equiparar os benefícios dos servidores públicos àqueles oferecidos pelo Regime Geral de Previdência Social e garantir a sustentabilidade dos sistemas.

Os servidores que vierem a ser admitidos em vínculo de experiência, cargo com vínculo por prazo indeterminado ou cargo exclusivo de Estado serão segurados de regime próprio de previdência social, enquanto aqueles que vierem a ser admitidos para vínculo por prazo determinado ou exclusivamente para cargo de liderança e assessoramento serão segurados do regime geral de previdência social. No entanto, o ente poderá optar por vincular os servidores que vierem a ser admitidos em vínculo por prazo indeterminado, inclusive durante o seu vínculo de experiência, em caráter irretratável, ao regime geral de previdência social, por meio de lei complementar, no prazo de dois anos a contar da entrada em vigor da Emenda à Constituição, preservado o direito desses servidores de optarem pelo regime de previdência complementar. Além disso, a medida preza pela equidade ao propor dispensar aos empregados da administração direta, autárquica e fundacional o mesmo tratamento dispensado aos empregados dos consórcios públicos, das empresas públicas, das sociedades de economia mista e das suas subsidiárias no que se refere à extinção do vínculo empregatício e aposentadoria compulsória aos setenta e cinco anos de idade.

Há ainda outras medidas propostas para convergir práticas da Administração pública com a realidade do Brasil e do mundo contemporâneo: a) suspender, durante afastamentos e licenças, o pagamento de remuneração de cargo em comissão ou de liderança e assessoramento, gratificação de desempenho, gratificação de exercício, bônus, honorários, parcelas indenizatórias ou qualquer parcela que não tenha caráter permanente, exceto nos casos de afastamentos e licenças previstos na Constituição, afastamento por incapacidade temporária para o trabalho, cessão e requisição ; e b) alterar vantagens oferecidas a servidores públicos ocupantes de cargo com vínculo permanente com a administração que optem por concorrer em pleitos eleitorais, com a exclusão da possibilidade de manter a remuneração do cargo efetivo quando afastado no período compreendido entre a homologação do registro de sua candidatura até o término do mandato ou, caso não eleito, até o dia da eleição; e c) prever um conjunto de vedações que corrigem distorções históricas, contribuem para melhorar a imagem do setor público perante a sociedade e instituem políticas mais justas e equitativas tais como: (i) férias em período superior a trinta dias pelo período aquisitivo de um ano; (ii) aumento de remuneração ou de parcelas indenizatórias com efeitos retroativos; (iii) aposentadoria compulsória como modalidade de punição; entre outras.

São atualizadas também as regras de acumulação de cargos, aproximando a realidade do setor público à do setor privado. Atualmente, a acumulação é, em regra, vedada. Propõe-se a inversão da lógica: a acumulação será, em regra, permitida, desde que haja compatibilidade de horário e não implique conflito de interesse. Tratamento diferenciado será dispensado apenas os ocupantes de cargos exclusivos de Estado e aos militares das forças armadas, para os quais será vedada a realização de qualquer outra atividade remunerada, incluída a acumulação de cargos públicos, com exceção de atividades de docência ou de atividades profissionais de saúde regulamentadas, uma vez que a atuação desses servidores pressupõe a necessidade de dedicação exclusiva.

Adicionalmente, a proposta de Emenda à Constituição prevê que as empresas estatais exploradoras de atividade econômica existentes sejam desestatizadas caso o ente federado não ratifique, por meio de ato do Chefe do Poder Executivo, a existência do interesse público na manutenção da empresa, no prazo de três anos a contar da data de entrada em vigor da Emenda à Constituição.

A medida torna nula a concessão, para empregados de empresas públicas, sociedades de economia mista e de suas subsidiárias, de estabilidade no emprego e de proteção contra despedida por meio de negociação, coletiva ou individual, ou de ato normativo que não se aplique aos trabalhadores da iniciativa privada, o que contribui para o necessário ajuste das contas públicas, mantém o respaldo ao preceito constitucional de tratamento equânime entre empresas estatais e privadas e se alinha à superação dos desafios estruturais das nossas finanças públicas.

Reforça-se, ainda, a importância da livre iniciativa para o desenvolvimento da economia, ao vedar que o Estado institua medidas que gerem reservas de mercado que beneficiem agentes econômicos privados, empresas públicas ou sociedades de economia mista, ou que impeçam a adoção de novos modelos favoráveis à livre-concorrência, salvo nos casos previstos na própria Constituição.

Em relação ao terceiro eixo utilizado para a construção da proposta de Emenda à Constituição, relativo à necessidade de garantir condições orçamentárias e financeiras para a existência do Estado e para a prestação de serviços públicos de qualidade, busca-se, inicialmente, que o país possa contar com mecanismos de melhor gestão do gasto público com pessoal, considerando que esse gasto representa a segunda maior despesa da União, atrás apenas da Previdência.

Para tanto, propõe-se a criação, de comitê consultivo único, em cada ente federado, integrado por representantes do Poder Público e da sociedade, para proposição de políticas remuneratórias com vista a endereçar, com maior tecnicidade, a questão das diferenças remuneratórias existentes entre o serviço público e o setor privado, além de garantir mais equidade nas políticas remuneratórias entre as diversas carreiras e entre os Poderes. O comitê terá como missão propor diretrizes para a política de remuneração, sem descurar do compromisso com o equilíbrio fiscal, estabelecendo processo técnico, transparente e responsável para pautar as discussões remuneratórias, a exemplo do que é feito em outras democracias pelo mundo. Com vistas a garantir a necessária paridade entre os seus membros, a decisão quanto às propostas a serem apresentadas pelo comitê deverá ser tomada por consenso.

Para garantir racionalidade econômica ao setor público, outro dispositivo previsto na proposta de Emenda à Constituição consiste em tornar obrigatória a reposição de

importâncias indevidamente percebidas por servidor ativo, aposentado ou pensionista, nos termos da lei, como forma de impedir situações que oneram, de modo injustificável, o Erário.

Dispositivos que podem ser disciplinados por normas infraconstitucionais, de modo a promover maior flexibilidade à Administração pública, estão sendo revogados. Prevê-se ainda, como forma de promover uma regulamentação coesa e transparente e com melhor alinhamento entre os entes federados, que lei complementar federal irá dispor sobre normas gerais relativas à gestão de pessoas, política remuneratória e de benefícios, percentual máximo de cargos de liderança e assessoramento de livre nomeação e exoneração, organização da força de trabalho, progressão e promoção funcional, desenvolvimento e capacitação e duração máxima da jornada para fins de acumulação de atividades remuneradas.

Em função de situações legalmente constituídas, a proposta prevê regras de transição transparentes, bem como a substituição gradual das atuais funções de confiança e dos cargos em comissão pelos cargos de liderança e assessoramento. Direitos e prerrogativas estruturais dos atuais servidores que compõem os quadros da administração pública não serão afetados.

Importante registrar que a proposta de Emenda à Constituição ora apresentada não acarreta impacto orçamentário-financeiro. No médio e longo prazos, inclusive, poderá resultar na redução dos gastos obrigatórios, possibilitando incremento nas taxas de investimento público no país.

Como se vê, a proposta de reforma apresentada mostra-se tempestiva e de extrema relevância para o Estado, pois, dadas as projeções de aposentadorias nos próximos anos, o setor público passará, no curto e no médio prazos, por um período de renovação de sua força de trabalho.

De acordo com projeções do Banco Mundial, realizadas a partir de dados fornecidos pelo Ministério da Economia (Gestão de Pessoas e Folha de Pagamentos no Setor Público Brasileiro: o que os dados dizem?), cerca de 26% dos servidores terão se aposentado até 2022. Se considerado o período até 2030, a estimativa de aposentadorias atinge cerca de 40% dos servidores. As projeções indicam, nesse cenário, que, em 2030, cerca de um quarto da folha de pagamentos do governo federal será para pagar servidores que ainda serão contratados.

Assim, imperativo se levar a cabo, nesta oportunidade, o projeto de transformação que o Estado indubitavelmente necessita, com vistas ao alcance dos objetivos ora propostos.

Mister esclarecer que a presente proposta tem por base o texto constitucional atualmente em vigor. Deste modo, havendo outras propostas de Emenda à Constituição em apreciação, necessário que os artigos eventualmente impactados sejam renumerados de forma a compatibilizar e contemplar todas as alterações sugeridas, evitando-se que uma redação se sobreponha à outra.

São essas as razões que me levam, Senhor Presidente, a submeter à sua apreciação a proposta de Emenda à Constituição em questão.

Respeitosamente,

PAULO GUEDES
Ministro de Estado da Economia

Senhor Presidente da República,

Submeto, à sua consideração, proposta de Emenda à Constituição - PEC, que altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa, conferindo maior eficiência, eficácia e efetividade à atuação do Estado.

Apesar de contar com uma força de trabalho profissional e altamente qualificada, a percepção do cidadão, corroborada por indicadores diversos, é a de que o Estado custa muito, mas entrega pouco. O país enfrenta, nesse sentido, o desafio de evitar um duplo colapso: na prestação de serviços para a população e no orçamento público. A estrutura complexa e pouco flexível da gestão de pessoas no serviço público brasileiro torna extremamente difícil a sua adaptação e a implantação de soluções rápidas, tão necessárias no mundo atual, caracterizado por um processo de constante e acelerada transformação. Torna-se imperativo, portanto, pensar em um novo modelo de serviço público, capaz de enfrentar os desafios do futuro e entregar serviços de qualidade para a população brasileira.

Neste contexto, a proposta de Emenda à Constituição aqui apresentada, que possui como público-alvo não só a Administração pública como todo seu corpo de servidores, se insere em um escopo maior de transformação do Estado, que pretende trazer mais agilidade e eficiência aos serviços oferecidos pelo governo, sendo o primeiro passo em uma alteração maior do arcabouço legal brasileiro. O novo serviço público que se pretende implementar será baseado em quatro princípios: a) foco em servir: consciência de que a razão de existir do governo é servir aos brasileiros; b) valorização das pessoas: reconhecimento justo dos servidores, com foco no seu desenvolvimento efetivo; c) agilidade e inovação: gestão de pessoas adaptável e conectada com as melhores práticas mundiais; e d) eficiência e racionalidade: alcance de melhores resultados, em menos tempo e com menores custos.

A proposta foi elaborada para viabilizar a prestação de serviço público de qualidade para os cidadãos, especialmente para aqueles que mais precisam, a partir de três grandes orientações: (a) modernizar o Estado, conferindo maior dinamicidade, racionalidade e eficiência à sua atuação; (b) aproximar o serviço público brasileiro da realidade do país; e (c) garantir condições orçamentárias e financeiras para a existência do Estado e para a prestação de serviços públicos de qualidade.

A partir do primeiro eixo balizador da proposta, modernizar o Estado, busca-se estabelecer uma política de gestão de pessoas ágil, adaptável e conectada com as melhores práticas internacionais, bem como viabilizar dinâmica de relacionamento com órgãos e entidades públicos a com a iniciativa privada de forma a contribuir com mais efetividade para o atendimento da demanda por serviços públicos.

Quanto à constituição de seus quadros de pessoal permanentes, a proposta apresentada mantém o concurso público como principal forma de ingresso no serviço público. Inova, porém, ao propor vinculações mais bem alinhadas às necessidades atuais e futuras da Administração. São previstos cinco tipos de vínculos jurídicos com o Estado: (i) vínculo de experiência, o qual propiciará a existência de período de experiência efetivo como etapa do concurso para ingresso em cargo por prazo indeterminado ou em cargo típico de Estado, estabelecendo um marco bem delimitado para avaliação mais abrangente e tomada de decisão quanto à admissão do servidor em cargo que compõe o quadro de pessoal de caráter permanente, a depender de classificação, dentro do quantitativo previsto no edital do concurso público, entre os mais bem avaliados ao final do período; (ii) vínculo por prazo determinado, que possibilitará a admissão de pessoal para necessidades específicas e com prazo certo, a atender: (a) necessidade temporária decorrente de calamidade, de emergência, de paralização em atividades essenciais ou de acúmulo transitório de serviço; (b) atividades, projetos ou necessidades de caráter temporário ou sazonal, com indicação expressa da duração dos contratos; e (c) atividades ou procedimentos sob demanda; (iii) cargo com vínculo por prazo indeterminado, para o desempenho de atividades contínuas, que não sejam

típicas de Estado, abrangendo atividades técnicas, administrativas ou especializadas e que envolvem maior contingente de pessoas; (iv) cargo típico de Estado, com garantias, prerrogativas e deveres diferenciados, será restrito aos servidores que tenham como atribuição o desempenho de atividades que são próprias do Estado, sensíveis, estratégicas e que representam, em grande parte, o poder extroverso do Estado; e (v) cargo de liderança e assessoramento, corresponderá não apenas aos atuais cargos em comissão e funções de confiança, mas também a outras posições que justifiquem a criação de um posto de trabalho específico com atribuições estratégicas, gerenciais ou técnicas.

Com vistas à garantia de eficiência da gestão pública, os servidores estáveis ocupantes de cargo típico de Estado só poderão perder o cargo público em virtude de decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado; mediante processo administrativo, assegurado ao servidor ampla defesa; ou mediante avaliação periódica de desempenho, na forma da lei, assegurada a ampla defesa. Mesmos critérios serão aplicados aos servidores que já adquiriram estabilidade no serviço público.

A gestão de desempenho e as condições de perda dos demais vínculos e cargos públicos serão estabelecidas em lei. Reservar a regulamentação desses temas para lei implica desconstitucionalizar a matéria e conferir maior autonomia ao legislador.

O servidor ocupante de cargo típico de Estado irá adquirir estabilidade ao permanecer um ano em efetivo exercício no cargo, após o término do vínculo de experiência, com desempenho satisfatório, conforme disciplinado em lei. De qualquer forma, é importante destacar que nem os atuais servidores ocupantes de cargo efetivo nem aqueles que vierem a ser admitidos no novo serviço público poderão ser desligados pelo arbítrio de uma pessoa ou em virtude de motivação político-partidária.

Ainda como forma de dotar a Administração pública de mecanismos de gestão mais modernos e flexíveis, a proposta altera o art. 84 da Carta Magna para possibilitar que o Presidente da República, mediante Decreto, possa: (a) extinguir cargos de Ministro de Estado, cargos comissionados, cargos de liderança e assessoramento e funções, ocupados ou vagos; (b) criar, fundir, transformar ou extinguir Ministérios e órgãos diretamente subordinados ao Presidente da República; (c) extinguir, transformar e fundir entidades da administração pública autárquica e fundacional; (d) transformar cargos efetivos vagos e cargos de Ministro de Estado, comissionados e de liderança e assessoramento, funções de confiança e gratificações de caráter não permanente vagos ou ocupados, desde que não acarrete aumento de despesas e seja mantida a mesma natureza do vínculo; e (e) alterar e reorganizar cargos públicos efetivos do Poder Executivo federal e suas atribuições, desde que não implique alteração ou supressão da estrutura da carreira, alteração da remuneração, modificação dos requisitos de ingresso no cargo ou da natureza do vínculo, restrita, para os cargos típicos de Estado, transformação de cargos vagos apenas no âmbito da mesma carreira.

Para viabilizar a completude dessa competência ao Presidente da República, propõe-se ajustes em outros dispositivos da Constituição: (a) prever, em relação as atribuições do Congresso Nacional relativas à criação, transformação e extinção de cargos públicos, a observância dos temas que passariam a ser tratados pelo Presidente da República por meio de Decreto; (b) dar nova redação ao art. 88, estabelecendo que lei disporá sobre a criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observada a nova redação que ora se propõe ao art. 84, **caput**, inciso VI; e (c) revogar o inciso XI do art. 48. Confere-se, assim, agilidade à Administração pública para adequar sua capacidade institucional às demandas emergentes e imprevisíveis que enfrenta, visando à efetiva prestação de serviços públicos de qualidade.

Ao ampliar a prerrogativa de auto-organização do Poder Executivo, a medida proposta busca assegurar maior dinamismo à gestão nos casos em que seja necessária uma rápida reconfiguração de competências, de força de trabalho ou de arranjo organizacional, em fina sintonia com o princípio constitucional da eficiência, com repercussão nos serviços prestados aos beneficiários das políticas públicas conduzidas pelo governo.

A modernização da concepção do Estado também está exemplificada por meio do aprimoramento dos princípios que regem a Administração pública, com a inclusão no texto constitucional dos princípios da imparcialidade, transparência, inovação, responsabilidade, unidade, coordenação, subsidiariedade e boa governança pública ao lado dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, que constam no caput do art. 37 da Carta Magna.

O princípio da imparcialidade difere do princípio da impessoalidade, este já previsto na redação atual do art. 37, caput, da Carta de 1988. Se a impessoalidade traduz o dever ético de o agente público se conduzir de modo íntegro em relação às pessoas envolvidos no processo, a imparcialidade traduz esse mesmo dever, porém em relação à matéria sob tratamento. Trata-se de exigir que todo agente público, no exercício do seu mister funcional, se conduza de modo absolutamente imparcial, ainda que possua valorações internas pré-concebidas a respeito do tema sob exame.

O princípio da transparéncia materializa, no texto constitucional, princípio basilar para o Estado Democrático de Direito, que, apesar de complementar ao já previsto princípio da publicidade, com ele não se confunde. Transparéncia implica não apenas estar disponível ao público, mas ser compreensível pelo público, com clareza e fidedignidade. A transparéncia é elemento fundamental para conferir maior controle social sobre os atos do Estado, auxiliar no controle externo aos órgãos públicos, fortalecer o combate a corrupção e elevar o nível de desempenho socioeconômico dos entes federativos. O dever de transparéncia relaciona-se intimamente à ideia de governança pública e responsabilização dos gestores. Não é possível, atualmente, pensar em um Estado moderno e eficiente sem que se observe a obrigação dos governantes de prestar contas de suas ações. Conforme amplamente reconhecido pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, a transparéncia é um importante instrumento que garante que os cidadãos detenham as informações necessárias para fiscalizar e avaliar as decisões governamentais.

A inovação como princípio a ser observado por toda a Administração pública guarda plena consonância com uma concepção modernizadora das relações entre o poder público e a sociedade. Apesar das amarras inerentes à burocacia estatal, a busca da inovação no setor público vem paulatinamente ganhando espaço, tendo em vista a revolução tecnológica em curso, que abre inúmeras possibilidades de aprimoramento da prestação dos serviços públicos. Na era do governo digital – essencial para facilitar a vida das pessoas em suas interações com o poder público –, a inovação deve ser reconhecida, valorizada e almejada pela Administração e por seus agentes, o que, aliás, também está em linha com diretrizes de organismos internacionais como a OCDE. O estabelecimento expresso da inovação como princípio constitucional da Administração servirá como símbolo de uma nova era do Estado brasileiro, deixando para trás a mera conservação burocrática, que, desconectada dos tempos atuais, tem se revelado ineficiente para atender aos anseios do povo brasileiro.

O princípio da responsabilidade demanda de todo agente público, de todos os níveis da federação e de todos os poderes e funções da República, responsabilidade no exercício de suas atividades. Essa responsabilidade é ampla e configura uma atuação íntegra não apenas sob o ponto de vista objetivo ou formal, mas também materialmente responsável. Nesse aspecto, o princípio da responsabilidade, conquanto dialogue com outros princípios como a moralidade, a legalidade e a impessoalidade, possui autonomia conceitual ao traduzir um direito fundamental de todos exigirem que os agentes estatais atuem de modo efetivamente responsável.

Pelo princípio da unidade entende-se que quando um agente público está atuando, qualquer que seja a matéria, o momento ou o lugar, sua atuação somente será legítima se estiver dirigida a alcançar as finalidades da Administração. Em outros termos, a divisão da Administração em seus mais diversos níveis, estruturas e funções se produz apenas para lograr uma divisão racional do trabalho, à luz da repartição de competências, mas todos esses níveis, estruturas e funções devem atuar guiados pelos mesmos fundamentos, com as mesmas finalidades e pelos mesmos princípios dispostos na Constituição, formando um todo harmônico e coerente.

O princípio da coordenação visa a entrosar as atividades da Administração, de modo a evitar a duplicidade de atuação, a dispersão de recursos, a divergência de soluções e outros males característicos de uma burocacia fragmentada. Coordenar é, portanto, harmonizar todas as atividades da Administração, submetendo-se ao que foi planejado e poupança de desperdícios em qualquer de suas modalidades. De aplicação permanente, a coordenação impõe-se a todos os níveis e poderes da Administração (em sentido amplo), obrigando-a a se articular de modo mais orgânico, inclusive entre os órgãos dos diversos níveis da federação.

O princípio da subsidiariedade está associado com a valorização do indivíduo e das instâncias mais próximas a ele, prestigiando sua autonomia e sua liberdade. Tal princípio, historicamente consolidado, visa a garantir que as questões sociais sejam sempre resolvidas de maneira mais próxima ao indivíduo-comunidade, e só subsidiariamente pelos entes de maior abrangência, ressaltando, no âmbito da Administração pública, o caráter do federalismo.

Por fim, o princípio da boa governança preceitua que, no exercício do poder, seja posto em prática o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução das políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

No conceito de uma boa governança pública é possível sublinhar a posição de destaque do cidadão, como centro de toda a atuação administrativa, incluindo o direito de ser ouvido antes de qualquer decisão administrativa que o afete desfavoravelmente, de ter acesso aos processos que tratem de seus interesses, bem como a obrigação, por parte da Administração, de fundamentar suas decisões, que devem ser imparciais e proferidas num prazo razoável.

A proposta também inova ao permitir que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios firmem instrumentos de cooperação com órgãos e entidades públicos e privados para execução de serviços públicos, inclusive com o compartilhamento de estrutura física e a utilização de recursos humanos de particulares, com ou sem contrapartida financeira, garantindo assim que um Estado moderno, que cumpre sua função estabelecida pela Constituição, esteja apto a firmar os mais diversos tipos de parceria com a segurança jurídica necessária a garantir a prestação de serviços essenciais à população. A utilização de recursos humanos proposta não abrangerá as atividades privativas de cargos típicos de Estado.

Lei federal disporá sobre as normas gerais para a regulamentação dos instrumentos de cooperação. Enquanto a lei federal não for editada, entretanto, os demais entes da federação exercerão competência legislativa plena, até a superveniência da referida lei federal, que suspenderá a eficácia de leis que já tenham sido editadas por outros entes naquilo que lhe for contrário.

Quanto ao segundo eixo considerado para a elaboração da medida, a necessidade de aproximação do serviço público brasileiro à realidade do país, estudo do Banco Mundial (Um Ajuste Justo: Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil), publicado em 2017, já evidenciava que o gasto público é engessado em categorias como folha de pagamento e previdência social, deixando pouco espaço para despesas discricionárias e de investimento. Mais recentemente, em outubro de 2019, novo estudo do mesmo Banco (Gestão de Pessoas e Folha de Pagamentos no Setor Público Brasileiro: o que os dados dizem), ao analisar dados sobre a folha de pagamentos do Governo Federal e de seis Governos Estaduais, corroborou a existência de uma série de distorções nos gastos com pessoal.

Também a OCDE lançou, em janeiro de 2019, Recomendação do Conselho sobre Liderança e Capacidade do Serviço Público, que, dentre outras questões, chama a atenção para a necessidade de que os serviços públicos sejam sistematizados de modo a adquirirem os elementos de agilidade e adaptabilidade condizentes com a natureza mutável do trabalho. Nessa esteira, assevera a importância de que os termos e condições de trabalho no serviço público sejam transparentes, com definição clara e objetiva dos instrumentos legais que se aplicam às categorias de vínculos e ainda que funções e posições sejam claramente baseadas em fatores como a natureza do trabalho, considerações de mercado e necessidades de desenvolvimento de capacidade.

Nessa conjuntura, as disposições da presente medida buscam abrir caminhos para o enfrentamento dos entraves que obstram as instituições do serviço público brasileiro a alcançarem elevados padrões para uma gestão de pessoas baseada em desempenho.

Com a aprovação da Emenda à Constituição nº 103, de 12 de novembro de 2019, que “altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias”, os regimes de previdência social dos servidores públicos vão ser equacionados. Entre outros objetivos, a referida Emenda à Constituição busca equiparar os benefícios dos servidores públicos àqueles oferecidos pelo Regime Geral de Previdência Social e garantir a sustentabilidade dos sistemas.

Os candidatos que vierem a cumprir vínculo de experiência, e os servidores admitidos em cargo com vínculo por prazo indeterminado ou cargo típico de Estado serão segurados de regime próprio de previdência social, enquanto aqueles que vierem a ser admitidos para vínculo por prazo determinado ou exclusivamente para cargo de liderança e assessoramento serão segurados do regime geral de previdência social. No entanto, o ente poderá optar por vincular os servidores que vierem a ser admitidos em vínculo por prazo indeterminado, inclusive durante o seu vínculo de experiência, em caráter irretroatível, ao regime geral de previdência social, por meio de lei complementar, no prazo de dois anos a contar da entrada em vigor da Emenda à Constituição, preservado o

direito desses servidores de optarem pelo regime de previdência complementar. Além disso, a medida preza pela equidade ao propor dispensar aos empregados da administração direta, autárquica e fundacional o mesmo tratamento dispensado aos empregados dos consórcios públicos, das empresas públicas, das sociedades de economia mista e das suas subsidiárias no que se refere à extinção do vínculo empregatício e aposentadoria compulsória aos setenta e cinco anos de idade.

Há ainda outras medidas propostas para convergir práticas da Administração pública com a realidade do Brasil e do mundo contemporâneo: a) suspender, durante afastamentos e licenças, o pagamento de remuneração de cargo em comissão ou de liderança e assessoramento, gratificação de exercício, bônus, honorários, parcelas indenizatórias ou qualquer parcela que não tenha caráter permanente, exceto nos casos de afastamentos e licenças previstos na Constituição, afastamento por incapacidade temporária para o trabalho, cessão e requisição e afastamento de pessoal a serviço do Governo brasileiro no exterior sujeito a situações adversas no país onde desenvolva as suas atividades ; e b) prever um conjunto de vedações que corrigem distorções históricas, contribuem para melhorar a imagem do setor público perante a sociedade e instituem políticas mais justas e equitativas tais como: (i) férias em período superior a trinta dias pelo período aquisitivo de um ano; (ii) aumento de remuneração ou de parcelas indenizatórias com efeitos retroativos; (iii) aposentadoria compulsória como modalidade de punição; entre outras.

São atualizadas também as regras de acumulação de cargos, aproximando a realidade do setor público à do setor privado. Atualmente, a acumulação é, em regra, vedada. Propõe-se a inversão da lógica: a acumulação será, em regra, permitida, desde que haja compatibilidade de horário e não implique conflito de interesse. Tratamento diferenciado será dispensado apenas aos ocupantes de cargos típicos de Estado para os quais será vedada a realização de qualquer outra atividade remunerada, incluída a acumulação de cargos públicos, com exceção de atividades de docência ou de atividades profissionais de saúde regulamentadas, uma vez que a atuação desses servidores pressupõe a necessidade de dedicação exclusiva. Essa restrição aplica-se também durante o respectivo período do vínculo de experiência. Complementarmente, propõe-se possibilitar ao militar da ativa ocupar cargo ou emprego de atividade própria de profissional de saúde ou de magistério.

A medida torna nula a concessão, para empregados de empresas públicas, sociedades de economia mista e de suas subsidiárias, de estabilidade no emprego e de proteção contra despedida por meio de negociação, coletiva ou individual, ou de ato normativo que não se aplique aos trabalhadores da iniciativa privada, o que contribui para o necessário ajuste das contas públicas, mantém o respaldo ao preceito constitucional de tratamento equânime entre empresas estatais e privadas e se alinha à superação dos desafios estruturais das nossas finanças públicas.

Reforça-se, ainda, a importância da livre iniciativa para o desenvolvimento da economia, ao vedar que o Estado institua medidas que gerem reservas de mercado que beneficiem agentes econômicos privados, empresas públicas ou sociedades de economia mista, ou que impeçam a adoção de novos modelos favoráveis à livre-concorrência, salvo nos casos previstos na própria Constituição.

Em relação ao terceiro eixo utilizado para a construção da proposta de Emenda à Constituição, relativo à necessidade de garantir condições orçamentárias e financeiras para a existência do Estado e para a prestação de serviços públicos de qualidade, busca-se, inicialmente, que o país possa contar com mecanismos de melhor gestão do gasto público com pessoal, considerando que esse gasto representa a segunda maior despesa da União, atrás apenas da Previdência.

Os novos vínculos e o conjunto de medidas ora propostas para convergir práticas da Administração pública com a realidade do Brasil e do mundo contemporâneo concorrem para a busca da qualidade do gasto com pessoal. Ademais, com vistas a propiciar um avanço mais coeso em todo o país, lei complementar federal irá dispor sobre política remuneratória e de benefícios.

Dispositivos que podem ser disciplinados por normas infraconstitucionais, de modo a promover maior flexibilidade à Administração pública, estão sendo revogados. Prevê-se ainda, como forma de promover uma regulamentação coesa e transparente e com melhor alinhamento entre os entes federados, que lei complementar federal irá dispor, ainda, sobre normas gerais relativas à gestão de pessoas, percentual máximo de cargos de liderança e assessoramento de livre nomeação e exoneração, organização da força de trabalho,

progressão e promoção funcional, desenvolvimento e capacitação e duração máxima da jornada para fins de acumulação de atividades remuneradas.

Em função de situações legalmente constituídas, a proposta prevê regras de transição transparentes, bem como a substituição gradual das atuais funções de confiança e dos cargos em comissão pelos cargos de liderança e assessoramento. Direitos e prerrogativas estruturais dos atuais servidores que compõem os quadros da administração pública não serão afetados.

Importante registrar que a proposta de Emenda à Constituição ora apresentada não acarreta impacto orçamentário-financeiro. No médio e no longo prazos, inclusive, poderá resultar na redução dos gastos obrigatórios, possibilitando incremento nas taxas de investimento público no país.

Como se vê, a proposta de reforma apresentada mostra-se tempestiva e de extrema relevância para o Estado, pois, dadas as projeções de aposentadorias nos próximos anos, o setor público passará, no curto e no médio prazos, por um período de renovação de sua força de trabalho.

De acordo com projeções do Banco Mundial, realizadas a partir de dados fornecidos pelo Ministério da Economia (Gestão de Pessoas e Folha de Pagamentos no Setor Público Brasileiro: o que os dados dizem?), cerca de 26% dos servidores terão se aposentado até 2022. Se considerado o período até 2030, a estimativa de aposentadorias atinge cerca de 40% dos servidores. As projeções indicam, nesse cenário, que, em 2030, cerca de um quarto da folha de pagamentos do governo federal será para pagar servidores que ainda serão contratados.

Assim, imperativo se levar a cabo, nesta oportunidade, o projeto de transformação que o Estado indubitavelmente necessita, com vistas ao alcance dos objetivos ora propostos.

Mister esclarecer que a presente proposta tem por base o texto constitucional atualmente em vigor. Deste modo, havendo outras propostas de Emenda à Constituição em apreciação, necessário que os artigos eventualmente impactados sejam renumerados de forma a compatibilizar e contemplar todas as alterações sugeridas, evitando-se que uma redação se sobreponha à outra.

São essas as razões que me levam, Senhor Presidente, a submeter à sua apreciação a proposta de Emenda à Constituição em questão.

Respeitosamente,

PAULO GUEDES

Ministro de Estado da Economia

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa.

Art. 1º A Constituição passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 37. A administração pública direta e indireta de quaisquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, imparcialidade, moralidade, publicidade, transparência, inovação, responsabilidade, unidade, coordenação, boa governança pública, eficiência e subsidiariedade e, também, ao seguinte:

I - os cargos, os vínculos e os empregos públicos são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei;

II - a investidura em emprego público depende de aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, na forma da lei;

II-A - a investidura em cargo com vínculo por prazo indeterminado depende, na forma da lei, de aprovação em concurso público com as seguintes etapas:

a) provas ou provas e títulos;

b) cumprimento de período de, no mínimo, um ano em vínculo de experiência com desempenho satisfatório; e

c) classificação final dentro do quantitativo previsto no edital do concurso público, entre os mais bem avaliados ao final do período do vínculo de experiência;

II-B - a investidura em cargo típico de Estado depende, na forma da lei, de aprovação em concurso público com as seguintes etapas:

a) provas ou provas e títulos;

b) cumprimento de período de, no mínimo, dois anos em vínculo de experiência com desempenho satisfatório; e

c) classificação final dentro do quantitativo previsto no edital do concurso público, entre os mais bem avaliados ao final do período do vínculo de experiência;

.....

IV - durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público terá prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego público;

§ 1º Aplicam-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, além do que vier a ser estabelecido em lei, as disposições do art. 14, § 8º, do art. 40, § 9º, e do art. 142, § 2º ao § 4º, e caberá a lei estadual específica dispor sobre as matérias do art. 142, § 3º, inciso X, e as patentes dos oficiais serão conferidas pelo respectivo Governador.

.....” (NR)

“Art. 48.

X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicos, observado o que estabelece o art. 84, **caput**, inciso VI, alíneas “b”, “e” e “f”;

.....” (NR)

“Art. 84.

VI - quando não implicar aumento de despesa, dispor por meio de decreto sobre:

a) organização e funcionamento da administração pública federal;

b) extinção de:

1. cargos públicos efetivos vagos; e

2. cargos de Ministro de Estado, cargos em comissão, cargos de liderança e assessoramento, funções de confiança e gratificações de caráter não permanente, ocupados ou vagos;

c) criação, fusão, transformação ou extinção de Ministérios e de órgãos diretamente subordinados ao Presidente da República, observado o disposto no art. 88;

d) extinção, transformação e fusão de entidades da administração pública autárquica e fundacional;

e) transformação de cargos públicos efetivos vagos, cargos de Ministro de Estado, cargos em comissão e cargos de liderança e assessoramento, funções de confiança e gratificações de caráter não permanente vagos ou ocupados, desde que seja mantida a natureza dos vínculos de que trata o art. 39-A; e

f) alteração e reorganização de cargos públicos efetivos do Poder Executivo federal e suas atribuições, desde que não implique alteração ou supressão da estrutura da carreira ou alteração da remuneração, dos requisitos de ingresso no cargo ou da natureza do vínculo;

.....

XXV - prover os cargos públicos federais, na forma da lei;

.....

§ 1º O Presidente da República poderá delegar as atribuições mencionadas nos incisos VI, alínea “a”, XII e XXV aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações.

§ 2º A transformação de cargos vagos a que se refere a alínea “e” do inciso VI do **caput** poderá ocorrer, na hipótese de cargos típicos de Estado, dentro da mesma carreira.

§ 3º O disposto na alínea “f” do inciso VI do **caput** não se aplica aos cargos típicos de Estado.” (NR)

“Art. 88. Lei disporá sobre a criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 61, § 1º, inciso II, alínea “e”, e no art. 84, **caput**, inciso VI.” (NR)

“Art. 142.

.....
§ 3º

II - o militar em atividade que tomar posse em cargo ou emprego público civil permanente, ressalvada a hipótese prevista no art. 37, **caput**, inciso XVI-A, será transferido para a reserva, nos termos da lei;

III - o militar da ativa que, de acordo com a lei, tomar posse em cargo, emprego ou função pública civil temporária, não eletiva, ainda que da administração indireta, ressalvada a hipótese prevista no art. 37, **caput**, inciso XVI-A, ficará agregado ao respectivo quadro e somente poderá, enquanto permanecer nessa situação, ser promovido por antiguidade e lhe será contado o tempo de serviço apenas para aquela promoção e transferência para a reserva e, depois de dois anos de afastamento, contínuos ou não, será transferido para a reserva, nos termos da lei;

.....
VIII - aplica-se aos militares o disposto no art. 7º, **caput**, incisos VIII, XII, XVII, XVIII, XIX e XXV e no art. 37, **caput**, incisos XI, XIII, XIV e XV;

.....
§ 4º O militar da ativa poderá, na forma da lei, com prevalência da atividade militar e sem aplicação do disposto nos incisos II e III do § 3º, ocupar cargo ou emprego de atividade própria de profissional da saúde ou do magistério.” (NR)

“Art. 165.

.....
§ 16. A lei orçamentária poderá conter programações únicas e específicas para os fins do art. 37, § 8º, independentemente da classificação da despesa.” (NR)

“Art. 167.

.....
§ 6º A limitação de que trata o inciso VI do **caput** não se aplica ao remanejamento de recursos entre itens das despesas de que trata o art. 165, § 16.” (NR)

“Art. 173

.....
§ 6º É vedado ao Estado instituir medidas que gerem reservas de mercado que beneficiem agentes econômicos privados, empresas públicas ou sociedades de economia

mista ou que impeçam a adoção de novos modelos favoráveis à livre concorrência, exceto nas hipóteses expressamente previstas nesta Constituição.

§ 7º É nula a concessão de estabilidade no emprego ou de proteção contra a despedida para empregados de empresas públicas, sociedades de economia mista e das subsidiárias dessas empresas e sociedades por meio de negociação, coletiva ou individual, ou de ato normativo que não seja aplicável aos trabalhadores da iniciativa privada.” (NR)

“Art. 201.

.....
§ 16. Os empregados dos consórcios públicos, das empresas públicas, das sociedades de economia mista e das subsidiárias dessas empresas e sociedades terão o vínculo empregatício automaticamente extinto e serão aposentados compulsoriamente ao atingir a idade de setenta e cinco anos, observadas as regras do regime geral de previdência social para a concessão e o cálculo do benefício previdenciário.” (NR).

“Art. 247. As leis previstas no inciso III do § 1º do art. 41 e no § 7º do art. 169 estabelecerão critérios e garantias especiais para a perda do cargo pelo servidor público investido em cargo típico de Estado.

.....” (NR)

Art. 2º Ao servidor público investido em cargo efetivo até a data de entrada em vigor do regime jurídico de que trata o art. 39-A da Constituição é garantido regime jurídico específico, assegurados:

I - a estabilidade, após três anos de efetivo exercício e aprovação em estágio probatório;

II - a não aplicação do disposto no art. 37, **caput**, inciso XXIII, alíneas “a” a “j”, da Constituição na hipótese de haver lei específica vigente em 1º de setembro de 2020 que tenha concedido os benefícios ali referidos, exceto se houver alteração ou revogação da referida lei; e

III - os demais direitos previstos na Constituição.

§ 1º A avaliação de desempenho do servidor por comissão instituída para essa finalidade é obrigatória e constitui condição para a aquisição da estabilidade.

§ 2º O servidor a que se refere o **caput**, após adquirir a estabilidade, só perderá o cargo nas hipóteses previstas no art. 41, § 1º, incisos I a III, e no art. 169, § 4º, da Constituição.

Art. 3º Não se aplica ao empregado da administração pública direta ou de autarquia, fundação, empresa pública ou sociedade de economia mista contratado antes da entrada em vigor desta Emenda à Constituição o disposto no art. 37, **caput**, inciso XXIII, alíneas “a” a “j”, da Constituição na hipótese de haver lei específica vigente em 1º de setembro de 2020 que tenha concedido os benefícios ali referidos, exceto se houver alteração ou revogação da referida lei.

Art. 4º As funções de confiança, os cargos em comissão e as gratificações de caráter não permanente existentes na data de entrada em vigor desta Emenda à Constituição serão gradualmente substituídos pelos cargos de liderança e assessoramento a que se refere o art. 37, **caput**, inciso V, da Constituição, nos termos de ato do Chefe de cada Poder.

Parágrafo único. Ficam mantidas as regras para a ocupação e concessão dos cargos em comissão, das funções de confiança e das gratificações a que se refere o **caput**, conforme ato do Chefe de cada Poder, até a efetiva substituição pelos cargos de liderança e assessoramento.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa.

Art. 1º A Constituição passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.

5º

.....
.....
LXXIX - o exercício do poder respeitará a boa governança pública e os princípios a ela inerentes.

.....” (NR)

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de quaisquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, imparcialidade, moralidade, publicidade, transparência, inovação, responsabilidade, unidade, coordenação, eficiência e subsidiariedade e, também, ao seguinte:

I - os cargos, os vínculos e os empregos públicos são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei;

II - a investidura em emprego público depende de aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, na forma da lei;

II-A - a investidura em cargo com vínculo por prazo indeterminado depende, na forma da lei, de aprovação em concurso público com as seguintes etapas:

a) provas ou provas e títulos;

b) cumprimento de período de, no mínimo, um ano em vínculo de experiência com desempenho satisfatório; e

c) classificação final dentro do quantitativo previsto no edital do concurso público, entre os mais bem avaliados ao final do período do vínculo de experiência;

II-B - a investidura em cargo exclusivo de Estado depende, na forma da lei, de aprovação em concurso público com as seguintes etapas:

a) provas ou provas e títulos;

b) cumprimento de período de, no mínimo, dois anos em vínculo de experiência com desempenho satisfatório; e

c) classificação final dentro do quantitativo previsto no edital do concurso público, entre os mais bem avaliados ao final do período do vínculo de experiência;

.....

IV - durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público terá prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego público;

V - os cargos de liderança e assessoramento serão destinados às atribuições estratégicas, gerenciais ou técnicas e serão providos nos termos estabelecidos em lei;

.....

XVI - é vedada a realização de qualquer outra atividade remunerada, incluída a acumulação de cargos públicos, para os servidores ocupantes de cargos exclusivos de Estado;

XVI-A - não se aplica a limitação do inciso XVI ao exercício da docência ou de atividade própria de profissional da saúde, com profissão regulamentada, por ocupante de cargo exclusivo de Estado ou militar das forças armadas, quando houver compatibilidade de horários, observado, em qualquer caso, o disposto no art. 39-B, **caput**, inciso VII;

XVI-B - é autorizada a acumulação remunerada de cargos públicos para servidores não ocupantes de cargos exclusivos de Estado, quando houver compatibilidade de horários e não houver conflito de interesse, observado, em qualquer caso, o disposto no art. 39-B, **caput**, inciso VII;

.....

XIII - é vedada a concessão a qualquer servidor ou empregado da administração pública direta ou de autarquia, fundação, empresa pública ou sociedade de economia mista de:

a) férias, incluído o período de recesso, em período superior a trinta dias pelo período aquisitivo de um ano;

b) adicionais referentes a tempo de serviço, independentemente da denominação adotada;

c) aumento de remuneração ou de parcelas indenizatórias com efeitos retroativos;

d) licença-prêmio, licença-assiduidade ou outra licença decorrente exclusivamente de tempo de serviço, independentemente da denominação adotada;

e) redução de jornada sem a correspondente redução de remuneração, exceto se decorrente de limitação de saúde, conforme previsto em lei;

f) aposentadoria compulsória como modalidade de punição;

g) adicional ou indenização por substituição, independentemente da denominação adotada, ressalvada a efetiva substituição de cargo em comissão, função de confiança e cargo de liderança e assessoramento;

h) progressão ou promoção baseada exclusivamente em tempo de serviço; e

i) parcelas indenizatórias sem previsão de requisitos e valores em lei, exceto para os empregados de empresas estatais, ou sem a caracterização de despesa diretamente decorrente do desempenho de atividades.

§

8º

IV - a possibilidade de contratação de empregados mediante processo seletivo simplificado;

V - os procedimentos específicos para a contratação de bens e serviços;

VI - a gestão das receitas próprias;

VII - a exploração do patrimônio próprio;

VIII - o monitoramento e a avaliação periódica das metas de desempenho pactuadas no contrato; e

IX - a transparência e prestação de contas do contrato.

§ 10. É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou de inatividade decorrentes dos art. 42 e art. 142 com a remuneração de cargo ou emprego público, ressalvados os cargos acumuláveis na forma prevista nos incisos XVI-A e XVI-B do **caput**, os cargos eletivos, os cargos em comissão e os cargos de liderança e assessoramento.

§ 16. Os afastamentos e as licenças do servidor não poderão ser consideradas para fins de percepção de remuneração de cargo em comissão ou de liderança e assessoramento, gratificação de desempenho, gratificação de exercício, bônus, honorários, parcelas indenizatórias ou qualquer parcela que não tenha caráter permanente.

§ 17. O disposto no § 16 não se aplica aos afastamentos e licenças previstos nesta Constituição, ao afastamento por incapacidade temporária para o trabalho e às cessões e requisições, nos termos da lei.

§ 18. Ato do Chefe de cada Poder disporá sobre os requisitos mínimos de acesso aos cargos de liderança e assessoramento a que se refere o inciso V do **caput** e sobre a sua exoneração.

§ 19. É obrigatória a reposição de importâncias remuneratórias ou indenizatórias indevidamente percebidas por servidor ativo, aposentado ou pensionista, nos termos da lei.

§ 20. Lei municipal poderá afastar o disposto no inciso XVI do **caput** no caso de Municípios com população inferior a cem mil habitantes.

§ 21. É vedada a redução da jornada e da remuneração para os cargos exclusivos de Estado.” (NR)

"Art. 37-A. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão, na forma da lei, firmar instrumentos de cooperação com órgãos e entidades, públicos e privados, para a execução de serviços públicos, inclusive com o compartilhamento de estrutura física e a utilização de recursos humanos de particulares, com ou sem contrapartida financeira.

§ 1º Lei federal disporá sobre as normas gerais para a regulamentação dos instrumentos de cooperação a que se refere o **caput**.

§ 2º Até que seja editada a lei federal a que se refere o § 1º, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios exercerão a competência legislativa plena sobre a matéria.

§ 3º A superveniência de lei federal sobre as normas gerais suspende, naquilo que lhe for contrário, a eficácia da lei estadual, distrital ou municipal.

§ 4º A utilização de recursos humanos de que trata o **caput** não abrange as atividades privativas de cargos exclusivos de Estado." (NR)

"Art. 38. Aos servidores públicos da administração direta, autárquica e fundacional aplicam-se as seguintes disposições:

I - ao se candidatar ao exercício de mandato eletivo, o servidor será:

a) afastado do cargo, sem remuneração, a partir da data da homologação do registro da candidatura até a data da eleição e, caso seja eleito, da data da posse até o término do mandato, se ocupante de cargo exclusivo de Estado ou com vínculo por prazo indeterminado; ou

b) exonerado na data da homologação do registro da candidatura, se ocupante de vínculo por prazo determinado, de vínculo de experiência ou de cargo de liderança e assessoramento;

....." (NR)

"Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão por lei comitê consultivo único, em cada ente federativo, integrado por representantes dos Poderes Públicos e da sociedade, para propor, por unanimidade, diretrizes para a política de remuneração dos servidores e membros no âmbito dos Poderes, do Ministério Público, da Defensoria Pública, das autarquias e das fundações públicas, observado o equilíbrio fiscal.

§

1º

.....
I - a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade das atividades do agente público;

.....
III - as peculiaridades dos cargos e de seus equivalentes;

IV - a realidade do mercado privado; e

V - a situação fiscal do ente federativo.

.....

§ 10. A concessão de vantagem, auxílio, gratificação, bônus, abono, verba de representação, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título será submetida à consulta prévia do comitê de que trata o **caput**.” (NR)

“Art. 39-A. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, regime jurídico de pessoal, que compreenderá:

- I - vínculo de experiência, como etapa de concurso público;
- II - vínculo por prazo determinado;
- III - cargo com vínculo por prazo indeterminado;
- IV - cargo exclusivo de Estado; e
- V - cargo de liderança e assessoramento.

§ 1º Os critérios para definição de cargos exclusivos de Estado serão estabelecidos em lei complementar federal.

§ 2º Os servidores públicos com o vínculo de que trata o inciso II do **caput** serão admitidos na forma da lei para atender a:

- I - necessidade temporária decorrente de calamidade, de emergência, de paralisação de atividades essenciais ou de acúmulo transitório de serviço;
- II - atividades, projetos ou necessidades de caráter temporário ou sazonal, com indicação expressa da duração dos contratos; e
- III - atividades ou procedimentos sob demanda.

§ 3º O disposto no § 2º aplica-se à contratação de empregados públicos temporários.” (NR)

“Art. 39-B. Lei complementar federal disporá sobre normas gerais de:

- I - gestão de pessoas;
- II - política remuneratória e de benefícios;
- III - percentual máximo de cargos de liderança e assessoramento de livre nomeação e exoneração, desde que observados critérios mínimos;
- IV - organização da força de trabalho no serviço público;
- V - progressão e promoção funcionais;
- VI - desenvolvimento e capacitação de servidores; e
- VII - duração máxima da jornada para fins de acumulação de atividades remuneradas nos termos do art. 37, **caput**, incisos XVI-A e XVI-B.

§ 1º A competência de que trata o **caput** não exclui a competência suplementar dos entes federativos.

§ 2º Até que seja editada a lei complementar de que trata o **caput**, os entes federativos exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

§ 3º A superveniência da lei complementar de que trata o **caput** suspende, naquilo que lhe for contrário, a eficácia da lei federal, estadual, distrital ou municipal.

§ 4º O disposto neste artigo não se aplica às instituições e às carreiras disciplinadas por lei complementar específica prevista na Constituição.” (NR)

“Art. 40-A. Para fins de determinação do vínculo previdenciário dos servidores públicos, são segurados:

I - de regime próprio de previdência social os servidores com vínculo de experiência e os servidores de cargo com vínculo por prazo indeterminado ou de cargo exclusivo de Estado de que tratam, respectivamente, os incisos I, III e IV do **caput** do art. 39-A; e

II - do regime geral de previdência social:

a) os agentes públicos a que se refere o art. 40, § 13, da Constituição;

b) os servidores com vínculo por prazo determinado; ou

c) os servidores admitidos exclusivamente para cargo de liderança e assessoramento.” (NR)

“Art. 41. Adquire a estabilidade o servidor que, após o término do vínculo de experiência, permanecer por três anos em efetivo exercício em cargo exclusivo de Estado, com desempenho satisfatório, na forma da lei.

§ 1º O servidor público estável ocupante de cargo exclusivo de Estado só perderá o cargo:

I - em razão de decisão proferida por órgão judicial colegiado;

.....
III - mediante avaliação periódica de desempenho, na forma da lei, assegurada a ampla defesa.

§ 2º Na hipótese de invalidação por sentença judicial da demissão do servidor estável, ele será reintegrado, independentemente da existência de vaga.

.....” (NR)

“Art. 41-A. A lei disporá sobre:

I - a gestão de desempenho; e

II - as condições de perda, no decorrer de todo o período de atividade, dos vínculos e dos cargos previstos:

a) no art. 39-A, **caput**, incisos I a III; e

b) no art. 39-A, **caput**, inciso IV, enquanto o servidor não houver adquirido estabilidade.

§ 1º Na hipótese de ser apurada, na forma da lei, em procedimento administrativo no qual seja assegurado o direito de defesa, falta de assiduidade, será dispensado processo administrativo disciplinar para fins de perda do vínculo ou do cargo público.

§ 2º Ato do Chefe do respectivo Poder poderá estabelecer perda do cargo público de que trata o inciso III do **caput** do art. 39-A em razão da obsolescência das atividades relativas às atribuições do cargo público, observado o disposto no **caput** do art. 37.

§ 3º É vedado o desligamento dos servidores de que trata o art. 39-A, **caput**, incisos I a IV, por motivação político-partidária.” (NR)

"Art. 48.	
.....	
X - criação, transformação e extinção de cargos e empregos públicos, observado o que estabelece o art. 84, caput , inciso VI, alíneas "b", "d" e "e";	
.....	" (NR)
"Art. 61.	
§	1º
.....	
II	
.....	
e) número máximo de Ministérios e de órgãos diretamente subordinados ao Presidente da República, observado o disposto no art. 84, caput , inciso VI; e	
.....	" (NR)
"Art. 84.	
.....	
VI -	
a) organização e funcionamento da administração pública federal, quando não implicar aumento de despesa;	
b) extinção de:	
1. cargos públicos efetivos vagos; e	
2. cargos de Ministro de Estado, cargos comissionados, cargos de liderança e assessoramento e funções, ocupados ou vagos;	
c) criação, fusão, transformação ou extinção de Ministérios e de órgãos diretamente subordinados ao Presidente da República, observado o disposto no art. 88;	
d) extinção, transformação e fusão de entidades da administração pública autárquica e fundacional;	
e) transformação de cargos públicos efetivos vagos, cargos de Ministro de Estado, cargos comissionados e cargos de liderança e assessoramento, vagos ou ocupados, desde que não acarrete aumento de despesa e seja mantida a natureza dos vínculos de que trata o art. 39-A; e	
f) alteração e reorganização de cargos públicos efetivos do Poder Executivo federal e suas atribuições, desde que não implique alteração ou supressão da estrutura da carreira ou alteração da remuneração, dos requisitos de ingresso no cargo ou da natureza do vínculo, excetuados os cargos exclusivos de Estado;	
.....	
XXV - prover os cargos públicos federais, na forma da lei;	

.....
§ 1º O Presidente da República poderá delegar as atribuições mencionadas nos incisos VI, XII e XXV, primeira parte, aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações.

§ 2º A transformação de cargos vagos a que se refere a alínea “e” do inciso VI do **caput** poderá ocorrer, na hipótese de cargos exclusivos de Estado, dentro da mesma carreira.” (NR)

“Art. 88. Lei disporá sobre o número máximo de Ministérios, de órgãos diretamente subordinados ao Presidente da República e de cargos de Ministro de Estado.” (NR)

“Art. 165.

.....

§ 16. A lei orçamentária poderá conter programações únicas e específicas para os fins do art. 37, § 8º, independentemente da classificação da despesa.” (NR)

“Art. 167.

.....

§ 6º A limitação de que trata o inciso VI do **caput** não se aplica ao remanejamento de recursos entre itens das despesas de que trata o art. 165, § 16.” (NR)

“Art. 173. Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional, conforme definido em lei.

.....

§ 6º É vedado ao Estado instituir medidas que gerem reservas de mercado que beneficiem agentes econômicos privados, empresas públicas ou sociedades de economia mista ou que impeçam a adoção de novos modelos favoráveis à livre concorrência, exceto nas hipóteses expressamente previstas nesta Constituição.

§ 7º É nula a concessão de estabilidade no emprego ou de proteção contra a despedida para empregados de empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias por meio de negociação, coletiva ou individual, ou de ato normativo que não seja aplicável aos trabalhadores da iniciativa privada.” (NR)

“Art. 201.

.....

§ 16. Os empregados da administração direta, autárquica e fundacional, dos consórcios públicos, das empresas públicas, das sociedades de economia mista e das suas subsidiárias terão o vínculo empregatício automaticamente extinto e serão aposentados compulsoriamente ao atingir a idade de setenta e cinco anos, observadas as regras do regime geral de previdência social para a concessão e o cálculo do benefício previdenciário.” (NR)

Art. 2º Ao servidor público investido em cargo efetivo até a data de entrada em vigor do regime jurídico de que trata o art. 39-A da Constituição é garantido regime jurídico específico, assegurados:

I - a estabilidade, após três anos de efetivo exercício e aprovação em estágio probatório;

II - a não aplicação do disposto no art. 37, **caput**, inciso XXIII, alíneas "a" a "i", da Constituição na hipótese de haver lei específica vigente em 31 de dezembro de 2019 que tenha concedido os benefícios ali referidos, exceto se houver revogação posterior da referida lei; e

III - os demais direitos previstos na Constituição.

§ 1º A avaliação de desempenho do servidor por comissão instituída para essa finalidade é obrigatória e constitui condição para a aquisição da estabilidade.

§ 2º O servidor a que se refere o **caput**, após adquirir a estabilidade, só perderá o cargo nas hipóteses previstas no art. 41, § 1º, incisos I a III, e no art. 169, § 4º, da Constituição.

§ 3º Na hipótese de exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições:

I - tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função;

II - investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

III - investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso II;

IV - em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento; e

V - na hipótese de ser segurado de regime próprio de previdência social, permanecerá filiado a esse regime, no ente federativo de origem.

Art. 3º Não se aplica ao empregado da administração pública direta ou de autarquia, fundação, empresa pública ou sociedade de economia mista contratado antes da entrada em vigor desta Emenda à Constituição o disposto no art. 37, **caput**, inciso XXIII, alíneas "a" a "i", da Constituição na hipótese de haver lei específica vigente em 31 de dezembro de 2019 que tenha concedido os benefícios ali referidos, exceto se houver alteração ou revogação da referida lei.

Art. 4º As funções de confiança e os cargos em comissão existentes na data de entrada em vigor desta Emenda à Constituição serão gradualmente substituídos pelos cargos de liderança e assessoramento a que se refere o art. 37, **caput**, inciso V, da Constituição, nos termos da lei.

Art. 5º Poderão manter os vínculos existentes na data de entrada em vigor desta Emenda à Constituição, se houver compatibilidade de horário e observado o disposto no art. 37, **caput**, inciso XI, da Constituição, os servidores e os empregados públicos que acumulem:

I - dois cargos ou empregos públicos de professor;

II - um cargo de professor com um cargo técnico ou científico; ou

III - dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

Art. 6º No prazo de três anos, contado da data de entrada em vigor desta Emenda à Constituição, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão o comitê consultivo único de que trata o art. 39 da Constituição.

Parágrafo único. Na hipótese de descumprimento do prazo estabelecido no **caput**, fica vedada a concessão de vantagem, auxílio, gratificação, bônus, abono, verba de representação, aumento, reajuste ou adequação de remuneração ou de parcelas indenizatórias aos servidores do ente federativo.

Art. 7º As parcelas indenizatórias pagas em desacordo com o disposto no art. 37, **caput**, inciso XXIII, alínea “I”, da Constituição ou instituídas apenas em ato infralegal ficam extintas após dois anos da data de entrada em vigor desta Emenda à Constituição.

Art. 8º Não serão aplicadas as disposições do § 16 antes da entrada em vigor da Lei a que se refere o § 17 do art. 37 da Constituição.

Art. 9º As empresas estatais exploradoras de atividade econômica existentes na data de entrada em vigor desta Emenda à Constituição serão desestatizadas na hipótese de o ente federativo não ratificar, por meio de ato do Chefe do Poder Executivo, o interesse público na manutenção da empresa, no prazo de três anos, contado da data de entrada em vigor desta Emenda à Constituição.

Art. 10. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão optar por vincular, por meio de lei complementar publicada no prazo de dois anos, contado da data de entrada em vigor desta Emenda à Constituição, os servidores que vierem a ser admitidos para cargo com vínculo por prazo indeterminado, nos termos do inciso III do **caput** do art. 39-A, inclusive durante o vínculo de experiência, ao regime geral de previdência social, em caráter irretratável.

Parágrafo único. A vinculação de que trata o **caput** não afasta o direito dos servidores à vinculação ao regime de previdência complementar, na forma do art. 40, § 14, da Constituição.

Art. 11. Ficam revogados os seguintes dispositivos da Constituição:

I - do **caput** do art. 37:

- a) o inciso IX; e
- b) as alíneas “a”, “b” e “c”, do inciso XVI;

II - os incisos II a IV do **caput** do art. 38;

III - o § 5º do art. 39;

IV - o § 4º do art. 41;

V - o inciso XI do art. 48; e

VI - o parágrafo único do art. 84.

Art. 12. Esta Emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal
Departamento de Carreiras e Desenvolvimento de Pessoas

Nota Informativa SEI nº 27048/2020/ME

INTERESSADO(S): Deputado André Figueiredo

Assunto: RIC 1275/2020 - Requer ao Ministro de Estado da Economia informações relacionadas à Proposta de Emenda Constitucional n. 32/20 – Reforma Administrativa.

Referência: **Processo nº 12100.106093/2020-98.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de manifestação acerca do Requerimento de Informação - RIC nº 1275, de 2020 (SEI nº 10889387), por meio do qual o Deputado Federal André Figueiredo requer informações relacionadas à Proposta de Emenda Constitucional nº 32/2020 – Reforma Administrativa, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal e do inciso II do art. 226, combinado com o inciso I do art. 115 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

2. Prestadas as informações requeridas, sugere-se o encaminhamento da presente nota à Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital - SEDGG para conhecimento e posterior remessa à Coordenação de Demandas Parlamentares da Assessoria Especial para Assuntos Parlamentares deste Ministério, observado o prazo de resposta de 26 de outubro de 2020.

INFORMAÇÕES

3. A Coordenação de Demandas Parlamentares da Assessoria Especial para Assuntos Parlamentares – CODEP encaminhou à Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital – SEDGG, por meio do Despacho SEI nº 10948594, de 5 de outubro de 2020, o Requerimento de Informação - RIC nº 1275, de 2020, oriundo da Câmara dos Deputados, de autoria do Deputado Federal André Figueiredo, solicitando que sejam observadas na elaboração da resposta, as seguintes orientações:

- a) apresentação de resposta a todos os itens do requerimento, de forma detalhada e na ordem proposta pelo autor;

- b) apresentação de justificativa para o caso de impossibilidade de resposta no formato solicitado no questionamento;
- c) apresentação de justificativa para eventual impossibilidade de resposta, inclusive para o caso de envolvimento de sigilo; e
- d) anexação dos documentos solicitados, impresso por meio magnético, com páginas numeradas e atestadas, independente de estarem disponíveis na internet.

4. Posteriormente, os autos foram encaminhados à Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal - SGP mediante o Despacho SEDGG SEI nº 10975113. Ao Departamento de Carreiras e Desenvolvimento de Pessoas - DESEN foi assinalado o prazo para resposta até 20 de outubro de 2020 (SEI nº 10985245).

5. No Requerimento de Informação da Câmara - RIC nº 1275/2020 são solicitadas ao Ministro de Estado da Economia as seguintes informações relacionadas à Proposta de Emenda Constitucional nº 32/20 – Reforma Administrativa:

- a) íntegra de todos os documentos, incluindo pareceres, estudos, ofícios e manifestações jurídicas que foram produzidos e integram o processo de elaboração da Proposta de Emenda Constitucional n. 32/20 - Reforma Administrativa; e
- b) demonstrativo da estimativa do impacto orçamentário e financeiro da Proposta de Emenda Constitucional n. 32/20, em atendimento ao art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da CF/88.

6. Em atendimento ao requerido no item 5 (a), encaminha-se cópia do processo nº 19952.100061/2020-05 (SEI nºs 11134513, 11134629, 11134655 e 11134683), contendo todos os documentos produzidos no referido processo, que trata da Nova Administração Pública, bem como a relação de estudos e diagnóstico (SEI nºs 11134448 e 11134551) que contribuíram para embasar a elaboração da PEC nº 32/2020 – Reforma Administrativa.

7. No que se refere ao item 5 (b), cabe informar que não foi produzido demonstrativo de impacto orçamentário, tendo em vista que a Proposta de Emenda à Constituição representa o primeiro passo de um processo de reforma estruturante, cujos efeitos não são imediatos. Os resultados poderão advir da implementação de medidas subsequentes à aprovação da PEC, por meio inclusive das regulamentações necessárias, conforme citado na Nota Técnica para Atos Normativos SEI nº 187/2020/ME (SEI nº 11134513) e na Exposição de Motivos do Ministro de Estado da Economia - EM nº 00047/2020 ME (SEI nº 11134683), ambas de 2 de setembro de 2020, in verbis:

EM nº 00047/2020 ME

(...)

Importante registrar que a proposta de Emenda à Constituição ora apresentada não acarreta impacto orçamentário-financeiro. No médio e no longo prazos, inclusive, poderá resultar na redução dos gastos obrigatórios, possibilitando incremento nas taxas de investimento público no país.

(...)

Nota Técnica para Atos Normativos SEI nº 187/2020/ME

(...)

9. A proposta de Emenda Constitucional ora apresentada não acarreta impacto orçamentário financeiro. No médio e longo prazos, inclusive, poderá resultar na redução dos gastos obrigatórios, possibilitando incremento nas taxas de investimento.

(...)

8. Considerando as informações apresentadas em resposta ao RIC nº 1275/2020, propõe-se

o encaminhamento da presente Nota Informativa à Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital para conhecimento e posterior remessa à Assessoria Especial para Assuntos Parlamentares deste Ministério.

À consideração do Secretário de Gestão e Desempenho de Pessoal para deliberação e encaminhamentos subsequentes.

Documento assinado eletronicamente

MARIA DA PENHA BARBOSA DA CRUZ

Diretora, Substituta

Aprovo. Encaminhe-se à Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital conforme proposto.

Documento assinado eletronicamente

SECRETARIA DE GESTÃO E DESEMPENHO DE PESSOAL

assinatura eletrônica do dirigente



Documento assinado eletronicamente por **Maria da Penha Barbosa da Cruz, Diretor(a) Substituto(a)**, em 16/10/2020, às 14:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Wagner Lenhart, Secretário(a)**, em 16/10/2020, às 21:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **11120489** e o código CRC **032587B8**.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Diretoria

DESPACHO

Processo nº 12100.106093/2020-98

À ASPAR

Em complementação ao Despacho 11229116, informamos que quando da apresentação do Requerimento de Informações em apreço, esta Secretaria Especial, juntamente com a Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal, já estavam reavaliando pedido recebido por meio do sistema E-SIC, o qual culminou na publicização dos documentos mencionados por meio do link <https://drive.google.com/drive/folders/1NHpnnF05vm0zFBxWH-YVwUZklM4Biqba?usp=sharing>., o qual encontra-se disponível na busca realizada no site da CGU - acesso à informação, desde 09.10.2020.

Brasília, 16 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente

CRISTIANO ROCHA HECKERT

Secretário Especial Adjunto de Desburocratização, Gestao e Governo Digital substituto.



Documento assinado eletronicamente por **Cristiano Rocha Heckert, Secretário(a) Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital Adjunto(a) Substituto(a)**, em 16/11/2020, às 11:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **11796845** e o código CRC **FC89CA99**.